



É hora de cuidar das pessoas

PLANO DE GOVERNO PARA O
DISTRITO FEDERAL 2027 - 2030

**Paula
Belmonte** 
VICE: JUIZ EVERARDO





Paula Belmonte 



Índice

<u>BRASÍLIA COMEÇA PELAS PESSOAS</u>	<u>5</u>
---	-----------------

<u>4 PRIORIDADES</u>	
<u>5 COMPROMISSOS</u>	<u>7</u>

<u>UM PLANO QUE NASCE DA ESCUTA</u>	<u>9</u>
--	-----------------

<u>4 PRIORIDADES</u>	<u>10</u>
-----------------------------	------------------

<u>CUIDAR DAS PESSOAS</u>	<u>11</u>
----------------------------------	------------------

<u>CUIDAR DA CIDADE</u>	<u>13</u>
--------------------------------	------------------

<u>CUIDAR DA TRANSPARÊNCIA</u>	<u>15</u>
---------------------------------------	------------------

<u>CUIDAR DA GESTÃO</u>	<u>17</u>
--------------------------------	------------------

<u>5 COMPROMISSOS</u>	<u>19</u>
------------------------------	------------------

EDUCAÇÃO QUE CUIDA

20

SAÚDE QUE CUIDA

27

SEGURANÇA CUIDADOSA

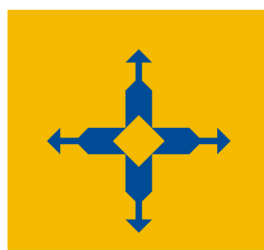
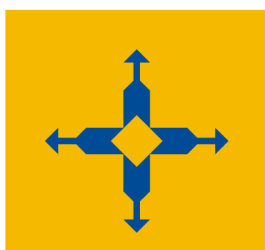
38

TRANSPORTE CUIDADOSO

43

GOVERNO QUE CUIDA

48



Brasília começa pelas pessoas



UMA HISTÓRIA QUE VIROU PROPÓSITO

Antes de ocupar qualquer cargo público, eu sou filha de Luís Antonio e Aurora, esposa de Luís Felipe e, sobretudo, mãe de Júlia, Felipe, Rafael, Arthur, Luís Arthur e Heitor. Sou mãe de seis filhos e foi dentro da minha própria família que vivi a experiência que mudou definitivamente a maneira como passei a enxergar a vida e o meu papel na sociedade.

A perda de um filho me colocou diante de uma dor que nenhuma mãe deveria conhecer. Mas também despertou em mim uma necessidade profunda de transformar essa dor em propósito. Foi assim que comecei a me envolver mais diretamente com a defesa das crianças, das famílias e das pessoas que muitas vezes precisam do Estado e não encontram nele o cuidado que deveriam receber.

Foi esse caminho que me levou à política.

Entrei na vida pública porque entendi que cuidar também é participar, fiscalizar, cobrar e ter coragem para mudar aquilo que não funciona. Fui deputada federal, sou deputada distrital e, ao longo dessa trajetória, conheci Brasília de uma maneira ainda mais profunda. Conheci suas potencialidades, mas também as dificuldades enfrentadas diariamente por quem depende dos serviços públicos.

Vi mães esperando atendimento para seus filhos. Famílias tentando conseguir uma vaga na escola. Mulheres buscando proteção. Trabalhadores passando horas no transporte. Empreendedores enfrentando uma burocracia que muitas vezes parece trabalhar contra quem produz. E vi também quanto dinheiro público pode ser desperdiçado quando faltam planejamento, eficiência, transparência e responsabilidade.

Tudo isso reforçou uma convicção que carregou comigo: governar é cuidar das pessoas.

E cuidar é fazer o governo funcionar.

É fazer a saúde chegar antes que a doença se agrave. É oferecer uma educação capaz de dar às nossas crianças oportunidades para construir o próprio futuro. É garantir segurança para que as famílias vivam sem medo. É respeitar o tempo de quem trabalha. É acolher quem precisa do Estado e criar caminhos para que essa pessoa reconquiste sua autonomia.

Cuidar também é gerar emprego, apoiar quem empreende e criar oportunidades para que as pessoas possam caminhar com as próprias pernas.

E cuidar é tratar o dinheiro público com respeito. Cada real administrado pelo governo pertence à população. Quando há desperdício, privilégio ou corrupção, o que se perde não é apenas dinheiro. É uma consulta que deixa de acontecer, uma escola que deixa de melhorar, uma viatura que não chega às ruas, uma oportunidade que desaparece.

Agora, ao apresentar este plano de governo, assumo um compromisso com Brasília: as pessoas estarão no centro das nossas decisões.

Não apresentamos apenas uma relação de obras, programas e projetos. Apresentamos uma forma de governar. Uma forma de olhar para cada decisão e perguntar: o que isso vai mudar na vida das pessoas?

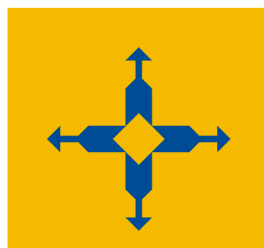
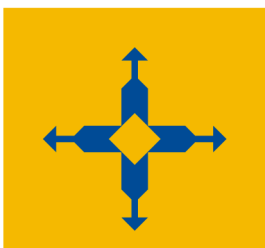
Brasília tem recursos, talentos e todas as condições para ser uma cidade melhor. O que precisamos é colocar as prioridades no lugar certo e fazer o governo chegar a quem precisa dele.

Foi o cuidado que me trouxe até aqui.

E é cuidando das pessoas que quero governar Brasília.



Paula Belmonte



4 Prioridades 5 Compromissos

The infographic features a central portrait of Paula Belmonte, a woman with long brown hair and a white blazer, smiling. Behind her is a grid of 20 squares, each containing a stylized icon of a person or a city. To the left of the portrait, under the number '4', are the 'Prioridades' (Priorities): 'Cuidar das pessoas', 'Cuidar das cidades', 'Cuidar da transparência', and 'Cuidar da gestão'. To the right, under the number '5', are the 'Compromissos' (Commitments): 'Educação que cuida', 'Saúde que cuida', 'Segurança cuidadosa', 'Transporte cuidadoso', and 'Governo que cuida'. The name 'Paula Belmonte' and a small yellow arrow icon are at the bottom of both side panels.

4 Prioridades

- Cuidar das pessoas
- Cuidar das cidades
- Cuidar da transparência
- Cuidar da gestão

Paula Belmonte

5 Compromissos

- Educação que cuida
- Saúde que cuida
- Segurança cuidadosa
- Transporte cuidadoso
- Governo que cuida

Paula Belmonte

VISÃO DE GOVERNO TRANSFORMA CUIDADO EM AÇÃO

Este Plano de Governo parte de uma escolha clara: colocar as pessoas no centro das decisões. Para transformar esse princípio em ação, o programa foi estruturado em 4 prioridades e 5 compromissos, com foco em melhorar a qualidade dos serviços públicos por meio de uma gestão mais eficiente, tecnológica e voltada para as pessoas.

As prioridades representam os valores e as diretrizes que orientam a nossa atuação. Elas funcionam como princípios de governo, influenciando a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas em todas as áreas.

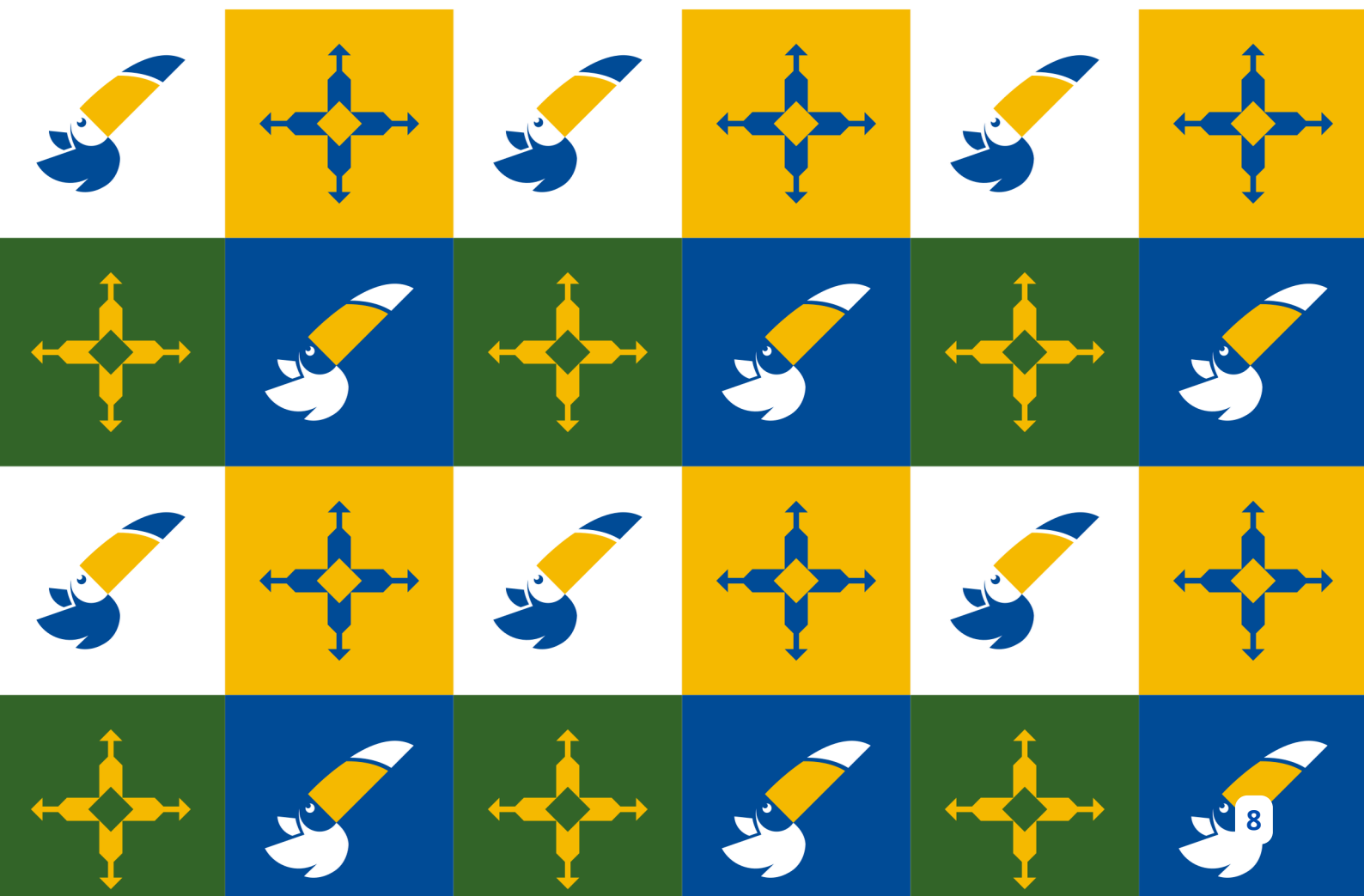
As quatro prioridades que orientam o plano são:

- **PESSOAS:** Colocar a população no centro das decisões e políticas públicas.
- **CIDADE:** Promover o desenvolvimento urbano e melhorar a infraestrutura.
- **TRANSPARÊNCIA:** Fortalecer a prestação de contas e o acesso às informações públicas.
- **GESTÃO:** Modernizar a administração pública para torná-la mais eficiente.

Os compromissos, por sua vez, traduzem esses princípios em resultados concretos. Eles representam as principais transformações pretendidas em áreas estratégicas, indicando como as políticas públicas podem ser organizadas para melhorar a prestação de serviços, ampliar oportunidades e responder às necessidades da sociedade.

Com base nesses pilares, o documento apresenta cinco compromissos principais:

- **EDUCAÇÃO INTEGRAL:** Ampliar a oferta de ensino em tempo integral, proporcionando maior qualidade na educação, apoio às famílias e um ambiente que contribua para o desenvolvimento completo de crianças e adolescentes.
- **SAÚDE SEM FILAS:** Fortalecer a atenção básica, integrar os prontuários eletrônicos e reorganizar os fluxos de atendimento para reduzir o tempo de espera e diminuir a sobrecarga das unidades de emergência.
- **SEGURANÇA INTELIGENTE:** Utilizar tecnologia, monitoramento por câmeras e integração entre as forças de segurança para prevenir e combater a criminalidade de forma mais eficiente.
- **TRANSPORTE PÚBLICO EFICIENTE:** Modernizar e ampliar o sistema de transporte coletivo, integrar a bilhetagem entre ônibus e metrô, revisar contratos de concessão e adotar soluções tecnológicas para oferecer um serviço mais acessível, confiável e de melhor qualidade.
- **GOVERNO DIGITAL E TRANSPARENTE:** Digitalizar os serviços públicos, ampliar a transparência, fortalecer a governança, valorizar os servidores públicos e combater a corrupção, aproximando o Estado da população e aumentando a eficiência da administração.



Um plano que nasce da escuta



Este Plano de Governo é resultado de escuta, estudo, experiência e construção coletiva. Mais do que um documento elaborado para uma eleição, ele reúne aquilo que Brasília nos mostrou ao longo dos anos e as soluções construídas por muitas pessoas que conhecem, estudam e vivem os desafios do Distrito Federal.

Foram realizadas mais de 100 reuniões para discutir prioridades, problemas e caminhos para Brasília. Paula Belmonte reuniu especialistas, acadêmicos, estudiosos, estudantes, profissionais de diferentes áreas, candidatos do PSDB com atuação nos temas debatidos e, principalmente, pessoas da comunidade que conhecem, na prática, a realidade dos serviços públicos e das diferentes regiões do Distrito Federal.

Mas a construção deste plano começou muito antes dessas reuniões; é resultado das andanças de Paula por Brasília e da escuta ativa que marca sua trajetória política. Ao longo dos anos, ela percorreu Regiões Administrativas, visitou unidades de saúde, foi a escolas, conversou com moradores, trabalhadores, empreendedores, lideranças comunitárias, professores, profissionais da saúde, servidores públicos, jovens, mulheres e famílias. Ouviu problemas, conheceu experiências que funcionam e recebeu sugestões de quem vive todos os dias a realidade da cidade.

Essa escuta também aconteceu no exercício dos mandatos de deputada federal e deputada distrital. Fiscalizações, visitas, agendas legislativas e audiências públicas permitiram conhecer de perto problemas que muitas vezes não aparecem nos relatórios oficiais.

Por isso, este não é um plano construído apenas a partir de diagnósticos técnicos. Os dados ajudam a mostrar onde estão os problemas. A escuta das pessoas ajuda a entender como esses problemas afetam a vida real. E o planejamento aponta os caminhos para enfrentá-los.

As páginas a seguir apresentam uma síntese das prioridades, compromissos e principais ações que serão implementadas no Governo Paula Belmonte. Elas estão organizadas a partir de uma ideia simples que orienta todo o plano: governar é cuidar das pessoas e fazer a vida delas melhorar.

Cuidar significa garantir que o Estado funcione quando alguém precisa dele. Significa cuidar das pessoas, da gestão, do dinheiro público e da cidade. E significa transformar escuta em ação, com responsabilidade, planejamento, transparência e resultado.

4

Prioridades

- Cuidar das pessoas
- Cuidar das cidades
- Cuidar da transparência
- Cuidar da gestão

Cuidar das pessoas



E PROMOVER DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Cuidar das pessoas é colocar o cidadão no centro das decisões e garantir que o Estado esteja presente nos momentos em que ele mais precisa. É criar condições para que cada pessoa possa desenvolver capacidades, ter oportunidades e viver com dignidade, independentemente do lugar onde nasceu ou da condição social.

Essa prioridade reúne as políticas de desenvolvimento social, com atenção especial à primeira infância, às famílias em situação de vulnerabilidade, às mulheres, às pessoas com deficiência, às pessoas idosas e à população em situação de rua.

O cuidado precisa acompanhar as diferentes fases da vida, atuando não apenas quando o problema já aconteceu, mas também na prevenção, na proteção e na construção da autonomia. Isso significa integrar políticas públicas, aproximar os serviços das pessoas e construir caminhos para que situações de vulnerabilidade possam ser superadas.

Cuidar das pessoas é garantir proteção para quem precisa, oportunidades para quem busca avançar e condições para que cada cidadão construa o próprio futuro.

COMO VAMOS CUIDAR

FORTALECER A PROTEÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA E ÀS FAMÍLIAS

Priorizar os primeiros anos de vida, ampliando a rede de cuidado e proteção às crianças e apoiando as famílias para que tenham condições de cuidar, trabalhar e construir seu futuro. A primeira infância será tratada de forma transversal, articulando desenvolvimento social, saúde, educação e proteção.

PROTEGER AS MULHERES E AMPLIAR SUA AUTONOMIA

Integrar políticas de proteção, qualificação, emprego, empreendedorismo e geração de renda, com atenção especial às mulheres em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência. O objetivo é fazer com que a proteção do Estado também abra caminhos para a independência econômica.

CONSTRUIR POLÍTICA INTEGRADA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Articular assistência social, saúde, saúde mental, tratamento da dependência química, qualificação profissional, habitação e segurança, fortalecendo também as parcerias com entidades da sociedade civil que já atuam no acolhimento, cuidado e

recuperação de pessoas em situação de vulnerabilidade. Cada pessoa precisa ser acompanhada a partir de sua realidade, com uma trajetória de acolhimento, tratamento, reconstrução de vínculos, qualificação e reinserção social.

O Estado não precisa fazer tudo sozinho, mas precisa coordenar a rede, estabelecer critérios, acompanhar os resultados e apoiar quem já realiza um trabalho sério nos territórios.

AMPLIAR A INCLUSÃO E A PROTEÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Garantir acesso aos serviços públicos, acessibilidade e oportunidades, articulando políticas de educação, saúde, qualificação, trabalho e inclusão social. O cuidado deve considerar também as pessoas neuroatípicas e suas famílias, garantindo suporte ao longo das diferentes fases da vida.

CUIDAR DOS IDOSOS E PROMOVER ENVELHECIMENTO COM DIGNIDADE

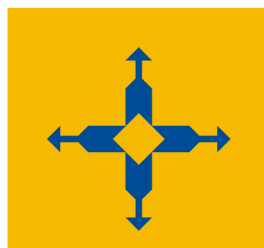
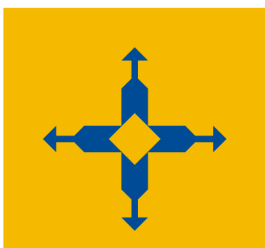
Preparar Brasília para o envelhecimento da população, fortalecendo políticas de proteção, convivência, autonomia e inclusão das pessoas idosas e articulando a rede social às políticas de saúde e cuidado.

TRANSFORMAR ASSISTÊNCIA EM OPORTUNIDADE DE AUTONOMIA

Fortalecer a proteção social para quem precisa, mas conectar os programas sociais a oportunidades de qualificação, trabalho, empreendedorismo e geração de renda. A política social precisa acolher na vulnerabilidade e criar caminhos para que as pessoas possam superá-la.

APROXIMAR O ESTADO DE QUEM MAIS PRECISA

Integrar informações e serviços para identificar situações de vulnerabilidade e permitir uma atuação mais rápida do poder público. Em vez de obrigar a pessoa a percorrer diferentes órgãos em busca de ajuda, o governo deve organizar sua rede para acompanhar cada família e encaminhá-la aos serviços de que necessita.



Cuidar da cidade



E GARANTIR MORADIA, DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE

Cuidar da cidade é cuidar do lugar onde as pessoas constroem suas vidas. É garantir que Brasília cresça de forma organizada, sustentável e capaz de oferecer moradia, infraestrutura, qualidade urbana e um meio ambiente protegido para as próximas gerações. Essa prioridade reúne as políticas de habitação, regularização, desenvolvimento urbano, planejamento territorial, saneamento, meio ambiente, preservação dos recursos naturais e cuidado com os espaços públicos.

Na habitação, enfrentar o déficit habitacional, ampliar o acesso à moradia digna, promover regularização responsável e combater a ocupação irregular e a grilagem. No desenvolvimento urbano, significa planejar o crescimento da cidade, aproximando moradia, emprego, serviços e infraestrutura e evitando que a expansão desordenada aumente desigualdades e prejudique a qualidade de vida.

No meio ambiente, conciliar desenvolvimento e preservação, proteger nascentes, mananciais, parques e áreas verdes, cuidar da água e buscar soluções sustentáveis para o crescimento do Distrito Federal.

COMO VAMOS CUIDAR

AMPLIAR O ACESSO À MORADIA DIGNA

Enfrentar o déficit habitacional do Distrito Federal com uma política permanente de produção e oferta de moradias, utilizando de forma estratégica os instrumentos da Codhab e da Terracap e priorizando as famílias que mais precisam. A política habitacional precisa ir além da entrega de unidades. Moradia digna significa ter acesso a infraestrutura, transporte, escola, saúde, comércio, emprego e serviços públicos. Habitação e planejamento urbano precisam caminhar juntos.

ACELERAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COM RESPONSABILIDADE

Agilizar os processos de regularização, garantindo segurança jurídica às famílias e permitindo que áreas consolidadas recebam infraestrutura e serviços adequados. Regularizar não significa estimular novas ocupações. Ao mesmo tempo em que o governo precisa enfrentar o passivo existente, deverá combater a grilagem e impedir novas ocupações irregulares, protegendo o patrimônio público e o planejamento da cidade.

PLANEJAR A CIDADE E APROXIMAR MORADIA, EMPREGO E SERVIÇOS

Orientar a expansão urbana a partir das necessidades das pessoas e da capacidade de cada território. O planejamento urbano deve aproximar moradia, trabalho, comércio, educação, saúde, lazer e transporte, criando regiões mais completas e reduzindo desigualdades entre o centro e as demais áreas do Distrito Federal.

LEVAR O CUIDADO URBANO A TODAS AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS

Garantir que infraestrutura e qualidade urbana não sejam privilégios das áreas centrais. As Regiões Administrativas precisam receber atenção permanente para manutenção dos espaços públicos, iluminação, calçadas, praças, parques, vias, drenagem e demais estruturas que fazem parte da vida cotidiana.

PROTEGER A ÁGUA E OS RECURSOS NATURAIS DO DISTRITO FEDERAL

Preservar nascentes, mananciais, córregos, áreas de recarga e demais recursos naturais estratégicos para garantir segurança hídrica e qualidade de vida. O crescimento urbano precisa respeitar a capacidade ambiental do território. Desenvolvimento e preservação não são objetivos opostos: uma cidade que compromete seus recursos naturais compromete o próprio futuro.

PROTEGER PARQUES, ÁREAS VERDES E O PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Fortalecer a preservação e a recuperação das áreas verdes, parques e unidades de conservação, ampliando a integração à vida das comunidades. Os espaços verdes devem ser protegidos, mas também precisam ser seguros, acessíveis e utilizados pela população para convivência, esporte, lazer e qualidade de vida.

TRANSFORMAR RESÍDUOS EM DESENVOLVIMENTO E RENDA

Modernizar a gestão de resíduos, ampliar a coleta seletiva, a reciclagem e o reaproveitamento de materiais e fortalecer cooperativas e trabalhadores da reciclagem. Lixo é dinheiro quando existe gestão, tecnologia e uma cadeia produtiva capaz de transformar resíduos em valor. O que hoje é descartado pode voltar à economia como matéria-prima, energia, novos produtos, empregos e renda.

PREPARAR BRASÍLIA PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Incorporar adaptação climática ao planejamento urbano, com atenção à drenagem, áreas de risco, arborização, períodos de seca, ondas de calor, incêndios e eventos extremos. Uma cidade preparada precisa antecipar riscos e proteger principalmente as populações e territórios mais vulneráveis aos efeitos das mudanças do clima.

MELHORAR O SANEAMENTO E CUIDAR DOS RIOS E CÓRREGOS

Avançar na infraestrutura de saneamento e na recuperação de áreas degradadas, enfrentando fontes de poluição e protegendo os cursos d'água do Distrito Federal. Meio ambiente, saneamento, fiscalização e qualidade de vida precisam ser tratados conjuntamente.

Cuidar da transparência



E PROTEGER O DINHEIRO PÚBLICO

Cuidar da transparência é garantir que cada cidadão possa saber como o governo decide, contrata, gasta e entrega resultados. O dinheiro público pertence à população e precisa ser protegido com responsabilidade, integridade e controle.

Essa prioridade reúne políticas de transparência, dados abertos, controle, integridade, auditoria, fiscalização e prevenção e combate à corrupção, ampliando o acesso às informações e fortalecendo os mecanismos de acompanhamento dos atos do governo.

A lógica será agir antes que o dinheiro público seja perdido. O controle não pode começar apenas depois que uma irregularidade acontece. Tecnologia, cruzamento de dados, auditorias e mecanismos de transparência serão utilizados para identificar riscos, prevenir desvios e permitir uma atuação rápida diante de indícios de irregularidades.

O Gabinete também deverá contribuir para criar uma cultura de integridade em toda a administração, fazendo com que prevenção e combate à corrupção sejam responsabilidades permanentes do governo e estejam presentes nas decisões, contratos e políticas públicas.

Cuidar da transparência é proteger o dinheiro das pessoas: prevenir desperdícios e desvios, combater a corrupção e garantir que cada recurso público chegue aonde realmente precisa chegar.

COMO CUIDAR

CRIAR O GABINETE DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Criar uma estrutura permanente e estratégica, diretamente ligada à governança do governo, para atuar na prevenção e no combate à corrupção, identificar riscos, acompanhar contratos e gastos públicos e articular os órgãos responsáveis por controle, auditoria, integridade e transparência.

O Gabinete deverá trabalhar com inteligência, cruzamento de dados e mecanismos de prevenção para identificar indícios de irregularidades e permitir que o Estado aja antes que o prejuízo aconteça. Combater a corrupção também é impedir que ela aconteça.

IMPLANTAR POLÍTICA PERMANENTE DE INTEGRIDADE

Fazer da integridade uma responsabilidade de todo o governo, estabelecendo mecanismos de prevenção, avaliação de riscos e controle nos órgãos, empresas públicas e demais estruturas da administração. As áreas com maior volume de recursos, contratos ou riscos deverão ter acompanhamento reforçado. A proteção do dinheiro público precisa começar antes da contratação e continuar até a entrega do serviço à população.

AMPLIAR A TRANSPARÊNCIA DOS CONTRATOS E GASTOS PÚBLICOS

Facilitar o acesso da população às informações sobre contratos, licitações, compras, obras, convênios e execução do orçamento, apresentando os dados de forma simples, acessível e atualizada. Mais do que disponibilizar documentos, o governo precisa permitir que o cidadão saiba quanto está sendo gasto, com quem, para quê e qual resultado está sendo entregue.

USAR TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA PARA PROTEGER O DINHEIRO PÚBLICO

Integrar bases de dados e utilizar ferramentas tecnológicas para identificar padrões, inconsistências, sobrepreços, duplicidades e outros sinais de risco na utilização dos recursos públicos. A mesma capacidade de análise de dados utilizada para melhorar os serviços públicos também deve ser utilizada para prevenir desperdícios, fraudes e desvios.

FORTALECER AUDITORIAS E O CONTROLE DOS GRANDES CONTRATOS

Ampliar o acompanhamento dos contratos de maior impacto financeiro e das áreas mais sensíveis do governo, com auditorias, indicadores de desempenho e avaliação permanente dos serviços entregues. O controle não deve se limitar a verificar se o dinheiro foi formalmente gasto de maneira correta. É preciso avaliar se aquilo que foi contratado foi efetivamente entregue e se produziu resultado para a população.

DAR TRANSPARÊNCIA AOS RESULTADOS DO GOVERNO

Estabelecer metas e indicadores para as principais políticas públicas e permitir que a população acompanhe sua execução. Transparência também é prestar contas do que foi prometido, do que foi feito, de quanto custou e do resultado alcançado.

PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO

Fortalecer os mecanismos de controle sobre imóveis, terrenos, empresas públicas e demais ativos pertencentes ao Distrito Federal, garantindo que decisões envolvendo o patrimônio da população sejam tomadas com transparência, critérios técnicos e demonstração do interesse público.

MELHORAR A QUALIDADE DO GASTO E COMBATER DESPERDÍCIOS

Revisar despesas, contratos e processos para identificar desperdícios e oportunidades de economia, direcionando os recursos para as políticas e serviços que efetivamente chegam às pessoas. Economizar não é deixar de cuidar. É impedir que o dinheiro seja desperdiçado para que ele possa chegar aonde realmente faz diferença.

Cuidar da gestão



E CRIAR CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Cuidar da gestão é fazer o governo funcionar melhor para que Brasília também cresça e gere oportunidades. Uma administração eficiente, moderna e menos burocrática reduz custos, melhora os serviços públicos e cria um ambiente mais favorável para quem trabalha, empreende, produz e gera empregos.

Essa prioridade reúne as políticas de desenvolvimento econômico, trabalho e empreendedorismo, com simplificação de processos, digitalização dos serviços e melhor utilização dos recursos públicos.

Brasília precisa aproveitar sua capacidade de produzir conhecimento, tecnologia e inovação, diversificar sua economia, atrair investimentos, apoiar quem empreende e criar oportunidades de trabalho e renda nas diferentes regiões.

Cuidar da gestão é fazer o Estado funcionar melhor, facilitar a vida das pessoas e criar as condições para Brasília gerar mais desenvolvimento, empregos e renda.

COMO VAMOS CUIDAR

SIMPLIFICAR A VIDA DE QUEM EMPREENDE

Reduzir burocracias, simplificar processos, licenças e autorizações e integrar os órgãos envolvidos na abertura e no funcionamento das empresas. Quem quer trabalhar, investir e gerar emprego precisa encontrar no governo um facilitador, e não uma sucessão de obstáculos.

APOIAR OS PEQUENOS NEGÓCIOS E O EMPREENDEDORISMO

Criar melhores condições para micro e pequenos empreendedores, trabalhadores autônomos e negócios locais crescerem, com acesso a crédito, qualificação, simplificação e apoio para ampliar sua capacidade de gerar emprego e renda.

DESENVOLVER AS VOCAÇÕES ECONÔMICAS DE CADA REGIÃO

Brasília não tem uma única economia. Cada região possui características, atividades e potencialidades próprias. A política de desenvolvimento econômico deverá identificar e fortalecer essas vocações, aproximando qualificação profissional, infraestrutura, crédito e oportunidades das realidades de cada território.

ATRAIR EMPRESAS E NOVOS INVESTIMENTOS PARA BRASÍLIA

Criar um ambiente mais seguro, simples e previsível para quem deseja investir no Distrito Federal, com regras claras, segurança jurídica, menos burocracia e uma atuação coordenada do governo para atrair empresas e gerar empregos.

TRANSFORMAR BRASÍLIA NO VALE DO SILÍCIO BRASILEIRO

Aproveitar a presença de universidades, centros de pesquisa, empresas, profissionais altamente qualificados e a vocação de Brasília para a tecnologia e a inovação para transformar conhecimento em desenvolvimento econômico. O objetivo é fazer do Distrito Federal um polo nacional de tecnologia e inovação, capaz de atrair empresas, estimular startups e novos negócios, aumentar a produtividade e gerar empregos qualificados e renda.

Brasília tem condições de se tornar o Vale do Silício brasileiro, conectando conhecimento, empreendedorismo, investimento e poder público para criar um ambiente onde novas ideias possam se transformar em empresas, empregos e oportunidades.

INVESTIR NA ECONOMIA VERDE E EM NOVAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Estimular atividades econômicas ligadas à sustentabilidade, à inovação e ao uso responsável dos recursos naturais, fazendo da agenda ambiental também uma oportunidade para gerar novos negócios, empregos e renda.

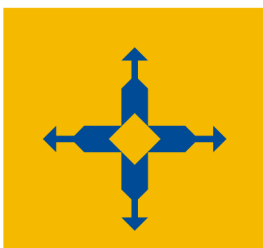
Lixo também é dinheiro quando existe gestão, tecnologia e uma cadeia produtiva capaz de transformar resíduos em valor. Ampliar a reciclagem, o reaproveitamento e a economia circular, fortalecendo cooperativas e estimulando empresas e soluções inovadoras capazes de transformar aquilo que hoje é descartado em matéria-prima, energia, produtos e novas oportunidades econômicas.

APROXIMAR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO

Articular Educação e Desenvolvimento Econômico para que a formação técnica e profissional esteja conectada às demandas reais do mercado e às vocações econômicas das regiões. A qualificação precisa ajudar as pessoas a encontrarem trabalho, melhorarem sua renda ou criarem o próprio negócio.

MELHORAR A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

Planejar melhor, estabelecer prioridades, acompanhar resultados e avaliar se o dinheiro gasto pelo governo está efetivamente produzindo benefícios para a população. Eficiência não é apenas gastar menos. É fazer cada recurso público entregar mais.



5

Compromissos

→ Educação que cuida

→ Saúde que cuida

→ Segurança cuidadosa

→ Transporte cuidadoso

→ Governo que cuida

Paula Belmonte ↗

Educação que cuida



TODA CRIANÇA E TODO JOVEM MERECEM A OPORTUNIDADE DE DESENVOLVER SEU POTENCIAL

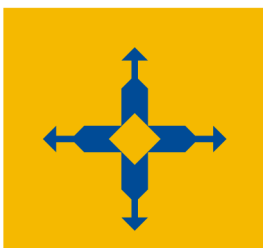
O DESAFIO

A escola pública precisa garantir aprendizagem, mas seu papel vai além. A escola também é espaço de proteção, desenvolvimento e oportunidades. Para muitas famílias, especialmente aquelas cujos responsáveis precisam trabalhar o dia inteiro, saber que os filhos estão em ambiente seguro, aprendendo, bem alimentados, praticando esportes e desenvolvendo novas habilidades também é uma forma de cuidado.

O Distrito Federal enfrenta desafios importantes de aprendizagem, permanência e desigualdade entre escolas e regiões. Há estudantes que avançam de etapa acumulando dificuldades de leitura, escrita e matemática, enquanto outros deixam de frequentar a escola sem que a rede consiga agir a tempo. Recompôr a aprendizagem, identificar precocemente quem está ficando para trás e enfrentar a evasão escolar precisam fazer parte da mesma estratégia de cuidado. A escola precisa acompanhar a trajetória de cada estudante e agir antes que uma dificuldade se transforme em abandono.

Também existem obstáculos dentro da própria estrutura da rede. Em abril de 2026, 15.565 professores temporários estavam em atividade na Secretaria de Educação, evidenciando a necessidade de fortalecer o quadro permanente e dar mais estabilidade às equipes escolares. Diretores e gestores também enfrentam burocracia e limitações para administrar recursos e resolver necessidades cotidianas. O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), criado para dar autonomia às escolas, passou a ser operacionalizado por meio do Cartão PDAF, cujo modelo tem sido alvo de reclamações dos próprios gestores. A limitação a fornecedores credenciados restringe as opções de contratação, pode elevar preços e reduz a capacidade de negociação das escolas, tornando mais lenta e onerosa a solução de demandas simples.

A ausência de uma política permanente de manutenção faz com que gestores escolares vivam em busca de emendas para conseguir recursos destinados a reformas, manutenção e melhorias básicas das unidades. Diretores que deveriam



concentrar esforços na gestão pedagógica e no funcionamento da escola acabam recorrendo a gabinetes para viabilizar intervenções que precisam fazer parte do planejamento e do orçamento permanente da educação.

A infraestrutura também revela o tamanho do desafio. Apenas 30% das escolas públicas do Distrito Federal têm refeitório. Há unidades que precisam de melhorias em bibliotecas, laboratórios, quadras, banheiros, cozinhas, espaços de convivência e acessibilidade. Uma escola que pretende receber o estudante por mais tempo precisa oferecer condições adequadas para aprender, se alimentar, praticar esportes, conviver e se desenvolver. Não existe Educação Integral de qualidade sem uma escola preparada para a jornada integral.

A distribuição das escolas pelo território também precisa ser revista. Todos os anos, milhares de estudantes dependem do transporte escolar para chegar a escolas distantes de suas casas, enquanto o Distrito Federal destina quase R\$ 1 bilhão a esse serviço. O transporte escolar é indispensável onde não houver alternativa, especialmente nas áreas rurais e em situações específicas, mas não pode substituir o planejamento e a expansão da rede pública. O ideal é que a criança estude perto de onde mora. Isso reduz deslocamentos, fortalece o vínculo com a comunidade escolar, aproxima as famílias da escola e devolve tempo à infância.

O cuidado também precisa alcançar quem necessita de apoio específico. Educação inclusiva não deve ser apenas garantir matrícula. Exige acessibilidade, profissionais preparados, recursos pedagógicos adequados e acompanhamento capaz de assegurar participação, aprendizagem e permanência aos estudantes com necessidades educacionais específicas. Segurança, saúde emocional, convivência respeitosa e cultura de paz também precisam fazer parte do cotidiano escolar.

Ampliar a Educação Integral, portanto, exige muito mais do que aumentar o tempo de permanência do estudante. É preciso fazer esse tempo valer a pena. Profissionais qualificados e valorizados, alimentação de qualidade, escolas bem cuidadas, esporte, cultura, tecnologia, idiomas, formação profissional e preparação para o mercado de trabalho precisam compor uma jornada que desenvolva crianças e jovens por inteiro e também dê mais tranquilidade às famílias.

NOSSO COMPROMISSO

Cuidar pela educação é garantir que cada criança e cada jovem, independentemente de onde nasceu, de sua realidade ou de suas necessidades, tenha condições de aprender, desenvolver o potencial e construir o próprio futuro.

Uma educação que cuida também aproxima a escola da vida das famílias. Sempre que houver demanda que justifique a expansão da rede, a prioridade será criar vagas e construir escolas mais perto de onde os estudantes vivem, reduzindo deslocamentos desnecessários e o tempo gasto diariamente no transporte escolar.

Uma educação que cuida começa pela aprendizagem. Garante alfabetização no tempo certo, identifica dificuldades e oferece apoio para que nenhum estudante fique para trás ou abandone a escola. Também cuida da saúde e do desenvolvimento dos alunos, com alimentação de qualidade, nutritiva e adequada a cada etapa da vida. Reconhece que cada criança aprende de uma forma e pode precisar de cuidados diferentes. Por isso, a inclusão de estudantes neuroatípicos, pessoas com deficiência e alunos com necessidades educacionais específicas deve garantir não apenas o acesso à escola, mas condições reais para aprender, participar, conviver e se desenvolver.

Uma educação que cuida também promove cultura de paz, valoriza professores e profissionais da educação e dá autonomia e condições aos gestores para cuidar de cada unidade. A escola precisa estar preparada para ensinar, alimentar, acolher e proteger.

A Educação Integral será uma das principais estratégias para ampliar essa proteção e as oportunidades. Mais tempo na escola com aprendizagem, alimentação de qualidade, esporte, cultura, tecnologia, idiomas e formação profissional. Uma jornada capaz de desenvolver crianças e jovens por inteiro e, ao mesmo tempo, dar mais segurança às famílias e melhores condições para que mães e responsáveis possam trabalhar, estudar, se qualificar ou empreender.

COMO VAMOS CUIDAR

1. AMPLIAR A EDUCAÇÃO INTEGRAL COM QUALIDADE

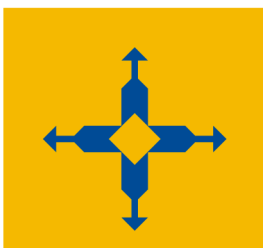
Expandir gradualmente a Educação Integral, começando pelas regiões de maior vulnerabilidade e preparando as escolas para receber os estudantes durante todo o dia. A jornada ampliada deve combinar aprendizagem com esporte, cultura, leitura, tecnologia, idiomas e desenvolvimento de habilidades e talentos. Mais tempo na escola também significa mais proteção para crianças e jovens e mais tranquilidade para as famílias, que precisam trabalhar, estudar, se qualificar ou empreender.

2. GARANTIR ALFABETIZAÇÃO E RECOMPOR A APRENDIZAGEM

Fortalecer a alfabetização no tempo certo e criar uma estratégia de recomposição da aprendizagem, com avaliação diagnóstica, reforço e acompanhamento dos estudantes que apresentam dificuldades. A aprendizagem será acompanhada ao longo de toda a trajetória escolar para identificar defasagens antes que se acumulem. Cuidar também é perceber quem está ficando para trás e agir a tempo.

3. ENFRENTAR A EVASÃO E ACOMPANHAR CADA ESTUDANTE

Fortalecer o acompanhamento da frequência e a busca ativa para identificar faltas



e situações de risco de abandono. Integrar escola, família e rede de proteção para compreender as causas da ausência e construir respostas para garantir a permanência ou o retorno do estudante.

4. GARANTIR UMA EDUCAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA

Preparar a rede para acolher as diferentes formas de aprender e as necessidades de cada estudante, com atenção especial às pessoas neuroatípicas, com deficiência e com necessidades educacionais específicas.

Ampliar a acessibilidade física, pedagógica e tecnológica, fortalecer o atendimento educacional especializado, qualificar profissionais e garantir os apoios necessários para que inclusão signifique muito mais do que matrícula: signifique aprender, participar, conviver e se desenvolver.

Integrar Educação, Saúde e Assistência Social para identificar precocemente necessidades de desenvolvimento e neurodesenvolvimento e facilitar o acesso das famílias à avaliação, ao diagnóstico, às terapias e ao acompanhamento especializado, respeitando as atribuições de cada política pública.

5. GARANTIR ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE QUALIDADE

Tratar a alimentação como parte do desenvolvimento e da aprendizagem, garantindo refeições nutritivas, equilibradas, seguras e adequadas às diferentes faixas etárias e necessidades alimentares dos estudantes. Fortalecer o acompanhamento da qualidade dos alimentos, das compras ao preparo e à distribuição, e melhorar a infraestrutura de cozinhas e refeitórios. A expansão da Educação Integral será acompanhada das condições necessárias para oferecer alimentação de qualidade durante toda a jornada.

6. DAR MAIS AUTONOMIA A DIRETORES E GESTORES

Reformular o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) e o Cartão PDAF, reduzindo entraves, ampliando as possibilidades de contratação e devolvendo às escolas maior capacidade de negociação e decisão, sempre com transparência, controle e prestação de contas. A gestão precisa ter recursos e instrumentos para resolver problemas cotidianos com agilidade e concentrar seus esforços na aprendizagem e no funcionamento da unidade.

7. CONSTRUIR ESCOLAS PERTO DE CASA

Mapear as regiões com maior demanda por transporte escolar e falta de vagas próximas às residências dos estudantes, utilizando essas informações para orientar a expansão da rede pública e a construção de novos prédios escolares.

Priorizar a criação de vagas nas regiões em que o deslocamento diário de grande número de estudantes revela uma demanda permanente por escolas. O transporte escolar deixará de ser tratado como substituto para a ausência de unidades de ensino. A escola precisa estar mais perto da criança, da família e da comunidade.

8. CRIAR UMA POLÍTICA PERMANENTE DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE ESCOLAR

Estabelecer planejamento e recursos regulares para a manutenção preventiva e corretiva das unidades, priorizando problemas de infraestrutura que afetam diretamente a aprendizagem, a segurança e o bem-estar dos estudantes.

Construir refeitórios em todas as escolas públicas do Distrito Federal, equipar cozinhas, reformar banheiros, parquinhos e quadras e ampliar bibliotecas, espaços de convivência e estruturas de acessibilidade. Também destinar e adaptar ambientes para laboratórios de ciências, tecnologia e inovação, cozinhas experimentais, salas sensoriais, oficinas, atividades culturais, formação profissional e outras experiências de aprendizagem que ultrapassem a sala de aula tradicional. A infraestrutura escolar precisa acompanhar uma educação mais integral, prática e conectada ao futuro.

Além de recuperar e modernizar as unidades existentes, ampliar a rede física nos territórios em que a falta de vagas obriga estudantes a percorrer longas distâncias para estudar. A construção de novas escolas será orientada pela demanda de cada região, pelo crescimento populacional e pelos fluxos de transporte escolar, aproximando a escola da casa das famílias.

Emendas parlamentares poderão ampliar investimentos, mas não substituir a responsabilidade permanente do governo pela manutenção, modernização e expansão da rede escolar.

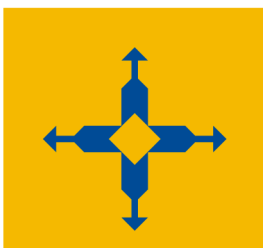
9. VALORIZAR PROFISSIONAIS E FORTALECER O QUADRO PERMANENTE

Substituir gradualmente professores temporários por concursados, fortalecendo o quadro permanente, dando mais estabilidade às equipes e garantindo continuidade aos projetos pedagógicos.

Investir em formação continuada, melhores condições de trabalho e fortalecimento dos profissionais e equipes de apoio que fazem parte da rotina escolar, ampliando a articulação com a UnDF para formação e aperfeiçoamento dos profissionais da rede.

10. FORTALECER A CULTURA DE PAZ, INTEGRIDADE E RESPEITO

Fortalecer e ampliar para todas as escolas do Distrito Federal a Política Distrital Na Moral - Educação para a Integridade, desenvolvida a partir da iniciativa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), estimulando ética, cidadania, responsabilidade, respeito e participação dos estudantes.



Integrar a cultura de paz ao cotidiano das escolas, com prevenção da violência, mediação de conflitos, convivência respeitosa, proteção e atenção à saúde emocional dos estudantes e profissionais.

11. CONECTAR O ENSINO MÉDIO AO FUTURO PROFISSIONAL

Fortalecer a formação técnica e profissional no Ensino Médio, aproximando educação, qualificação, ensino superior e mercado de trabalho. Ampliar a articulação com a Universidade do Distrito Federal (UnDF), a Universidade de Brasília (UnB), o Instituto Federal de Brasília (IFB) e instituições de formação profissional, além de estimular tecnologia, inovação e empreendedorismo.

Fortalecer a UnDF como instrumento estratégico de formação, pesquisa e desenvolvimento do DF, aproximando a universidade das necessidades da rede pública e das vocações econômicas de Brasília. A universidade deve contribuir para formar profissionais nas áreas em que o DF mais precisa, produzir conhecimento aplicado aos desafios da cidade e ampliar as oportunidades para os jovens continuarem estudando.

A UnDF também deverá participar do ecossistema de inovação, aproximando universidade, pesquisa, setor produtivo e governo e ajudando a transformar conhecimento em desenvolvimento, novos negócios e empregos qualificados.

12. INTEGRAR ESCOLA, ESPORTE, CULTURA E COMUNIDADE

Aproveitar os equipamentos públicos existentes nas regiões, conectando escolas a centros esportivos, culturais, bibliotecas, parques e outros espaços da comunidade. Fortalecer os Centros Interescolares de Línguas e ampliar o acesso dos estudantes a idiomas, esporte, cultura e atividades que complementem sua formação.

13. CUIDAR DA SAÚDE BUCAL DESDE A INFÂNCIA

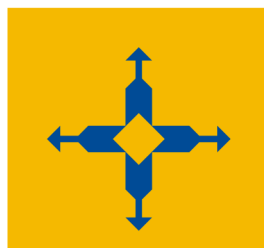
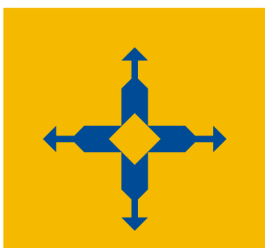
Ampliar a presença de profissionais de saúde nas escolas, incluindo atendimento odontológico preventivo, com dentistas e equipes de saúde bucal atuando de forma articulada à rede pública de saúde.

RESULTADOS ESPERADOS

Uma rede pública capaz de reduzir desigualdades e garantir que a realidade social, o lugar onde o estudante mora ou suas necessidades individuais não determinem a qualidade da educação e das oportunidades que receberá.

- Mais crianças e jovens aprendendo no tempo certo, com melhoria da alfabetização, redução das defasagens de aprendizagem e acompanhamento de quem precisa de apoio e recomposição.**
- Redução da evasão escolar, com identificação precoce dos estudantes em risco e atuação integrada para garantir sua permanência ou retorno à escola.**

- Ampliação da Educação Integral com qualidade, especialmente nas regiões de maior vulnerabilidade, garantindo mais aprendizagem, proteção e oportunidades para crianças e jovens e mais tranquilidade para as famílias.
- Mais estudantes estudando perto de casa, com expansão da rede pública nas regiões com déficit de vagas, reduzindo deslocamentos desnecessários e o tempo gasto no transporte escolar.
- Escolas mais bem cuidadas, modernas e preparadas para uma educação integral, com refeitórios, cozinhas adequadas, bibliotecas, laboratórios, quadras, parquinhos, espaços de convivência, salas sensoriais, acessibilidade e ambientes destinados a diferentes experiências de aprendizagem.
- Alimentação escolar de qualidade, com refeições nutritivas, seguras e adequadas às diferentes faixas etárias e necessidades dos estudantes, servidas em espaços apropriados.
- Uma escola verdadeiramente inclusiva, garantindo condições de aprendizagem, participação, convivência e desenvolvimento para estudantes neuroatípicos, pessoas com deficiência e alunos com necessidades educacionais específicas.
- Diretores e gestores com mais autonomia, menos burocracia e instrumentos eficientes para administrar recursos e resolver as necessidades das unidades, sem depender da busca permanente por emendas parlamentares para demandas básicas.
- Mais professores concursados e equipes escolares mais estáveis, reduzindo gradualmente a dependência de contratos temporários e garantindo continuidade aos projetos pedagógicos.
- Escolas mais seguras, acolhedoras e comprometidas com uma cultura de paz, fortalecendo ética, respeito, integridade, prevenção da violência, convivência e cuidado com a saúde emocional da comunidade escolar.
- Mais oportunidades para os jovens construírem o próprio futuro, com formação técnica e profissional, tecnologia, inovação, idiomas, esporte e cultura e maior conexão entre Ensino Médio, qualificação e mercado de trabalho.
- Famílias mais próximas da vida escolar, com escolas inseridas nas comunidades e uma rede capaz de acompanhar a trajetória de cada estudante e agir quando surgirem dificuldades.



Saúde que cuida



CUIDAR DAS PESSOAS É GARANTIR ATENDIMENTO NO TEMPO CERTO

O DESAFIO

O maior desafio da saúde pública não começa na porta do hospital. Começa muito antes, quando uma pessoa não consegue ter acompanhamento regular, prevenir uma doença, realizar um exame no tempo certo ou encontrar atendimento perto de casa. Quando o cuidado chega tarde, um problema que poderia ser acompanhado na Unidade Básica de Saúde (UBS) acaba chegando à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou ao hospital.

Hoje, cerca de 1 milhão de moradores do Distrito Federal ainda não têm o cadastro na Atenção Primária. A rede também enfrenta déficit de equipes da Estratégia Saúde da Família, profissionais de acolhimento e equipes multiprofissionais, além da necessidade de ampliar e recuperar a estrutura das UBSs. O resultado é uma porta de entrada que ainda não consegue acompanhar toda a população como deveria.

Essa fragilidade repercute em todo o sistema. Sem acompanhamento contínuo, prevenção e diagnóstico precoce, na atenção básica, aumenta a procura por UPAs e hospitais, crescem as filas e os serviços de urgência e emergência acabam absorvendo demandas que poderiam ter sido resolvidas antes. Fortalecer a Atenção Primária é cuidar antes que a doença se agrave e, ao mesmo tempo, permitir que os demais níveis de atenção cumpram melhor sua função.

Mas o problema da saúde não termina no primeiro atendimento. Muitas vezes, o paciente consegue entrar no sistema e passa a enfrentar uma nova dificuldade: percorrer a rede fragmentada, buscando consultas, exames, especialistas, cirurgias, tratamentos e reabilitação sem conseguir acompanhar com clareza o próprio caminho.

O SUS foi concebido para funcionar de outra forma: como uma rede integrada de cuidado, em que cada nível de atenção tem uma função e todos trabalham de maneira articulada. A Atenção Primária, por meio das UBSs e das equipes de Saúde da Família, deve ser a base dessa rede e a principal referência do cidadão. É onde acontecem prevenção, vacinação, acompanhamento das famílias, controle de doenças crônicas, consultas e os cuidados mais frequentes.

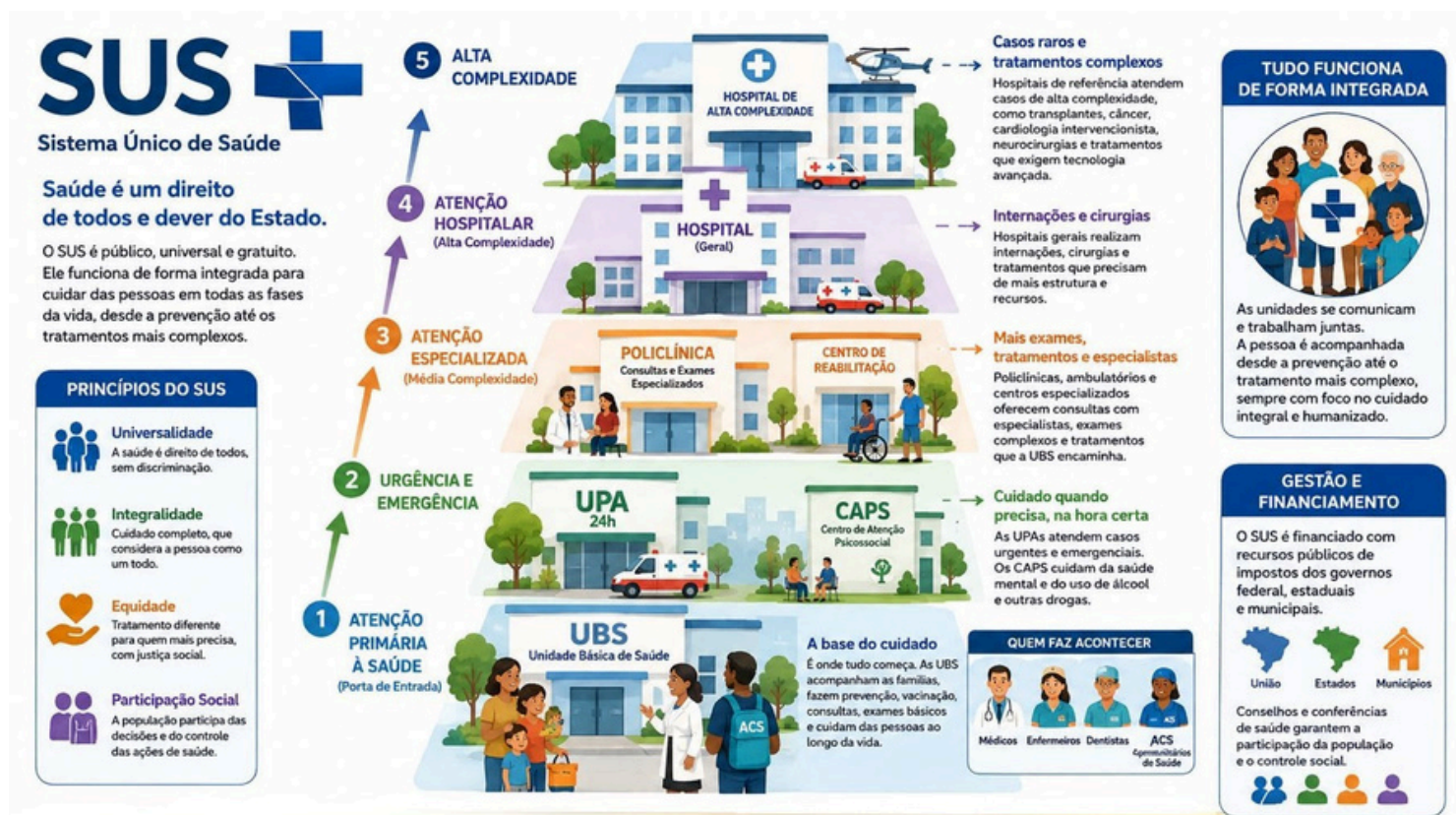
Quando surge uma situação que não pode esperar, entra a urgência e emergência, com UPAs e demais serviços preparados para o atendimento imediato. A rede de atenção psicossocial, incluindo os CAPS, também precisa estar articulada aos demais

serviços para garantir cuidado em saúde mental e atenção às pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas.

Quando o caso exige exames, especialistas ou tratamentos que ultrapassam a capacidade da Atenção Primária, o paciente segue para a atenção especializada, com policlínicas, ambulatorios, centros especializados e serviços de reabilitação.

Nos casos que exigem internação, cirurgia ou estrutura complexa, entra a atenção hospitalar. E os hospitais e serviços de referência devem concentrar os casos de alta complexidade, que dependem de equipes altamente especializadas, tecnologia avançada e tratamentos específicos.

O problema começa quando essas partes não conversam. Quando a Atenção Primária não funciona, as UPAs ficam sobrecarregadas. Quando a atenção especializada não responde, as filas aumentam. Quando consultas e exames demoram, doenças se agravam. Quando não há integração das informações, o paciente precisa encontrar sozinho o próximo caminho dentro do sistema. A saúde precisa funcionar como uma linha contínua de cuidado: prevenir, acolher, diagnosticar, encaminhar, tratar, reabilitar e continuar acompanhando.



UMA REDE QUE ACOMPANHA AS PESSOAS

O desafio do Distrito Federal é fazer essa estrutura funcionar de maneira verdadeiramente integrada. O cidadão não pode carregar a responsabilidade de fazer o sistema conversar. É a rede que precisa acompanhar o cidadão.

A tecnologia será fundamental para essa transformação. Prontuário eletrônico integrado, regulação, Saúde Digital e compartilhamento seguro das informações precisam conectar diferentes pontos da rede. O profissional que recebe o paciente precisa conhecer o histórico dele, e a equipe responsável pelo acompanhamento precisa saber o que aconteceu quando ele passou por outro serviço.

A fila também precisa fazer parte dessa integração. O encaminhamento para um especialista, exame, cirurgia ou tratamento não pode significar o início de uma espera sem informação. A jornada do paciente precisa ser acompanhada do primeiro atendimento até a conclusão do cuidado, com critérios claros de prioridade, transparência e gestão permanente das filas.

Outro desafio é aproximar o atendimento de quem tem maior dificuldade de chegar aos serviços. Pessoas idosas, com deficiência, doenças crônicas, limitações de mobilidade ou que necessitam de cuidado contínuo precisam de uma rede capaz de chegar mais perto de suas casas. Nem todo cuidado precisa acontecer dentro de um hospital, de uma UPA ou mesmo de uma UBS.

O envelhecimento da população, inclusive, exige que a rede esteja preparada para necessidades específicas da pessoa idosa. Doenças crônicas, perda de mobilidade, necessidade de reabilitação e condições que exigem acompanhamento de diferentes especialidades demandam um cuidado integrado, capaz de acompanhar o idoso perto de casa e oferecer atendimento especializado quando necessário.

O DF dispõe de uma grande estrutura de saúde e de profissionais qualificados, mas precisa integrar serviços, organizar pessoal, garantir abastecimento, acompanhar resultados e fazer os recursos chegarem com eficiência à ponta.

A gestão da saúde também exige enfrentar os problemas do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGES-DF). Criado com a promessa de dar mais agilidade e eficiência ao atendimento, o modelo precisa ser submetido a maior controle, transparência e avaliação de resultados. A autonomia de gestão não pode significar menos fiscalização sobre contratos, compras, gastos e qualidade dos serviços prestados à população.

O desafio, portanto, não é apenas construir mais unidades ou oferecer mais consultas. É fazer a rede funcionar como uma rede e garantir que cada pessoa receba o cuidado adequado, no lugar certo e no tempo certo.

NOSSO COMPROMISSO

Cuidar pela saúde é fazer o atendimento chegar antes que a doença se agrave e garantir que ninguém se perca no caminho quando precisar do sistema. A Atenção Primária será fortalecida como base dessa transformação. Mais equipes de Saúde da Família, UBSs estruturadas, atendimento multiprofissional, prevenção, acompanhamento de doenças crônicas e cuidado mais próximo das pessoas e das comunidades. A saúde precisa chegar antes da doença e estar perto de onde as pessoas vivem.

O cuidado continuará depois da primeira consulta. A rede será organizada para acompanhar a trajetória de cada paciente, conectando Atenção Primária, urgência e emergência, saúde mental, exames, especialistas, reabilitação, hospitais e serviços de alta complexidade. Cada nível de atenção cumprirá sua função, mas nenhum funcionará isoladamente.

Tecnologia, prontuário eletrônico e Saúde Digital serão instrumentos para conectar essa rede, organizar as filas e garantir continuidade ao atendimento. Quando houver necessidade de avançar para outro nível de atenção, o paciente será encaminhado e acompanhado, sem precisar recomeçar sua trajetória a cada serviço que procurar.

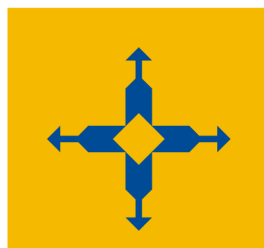
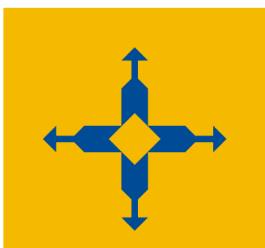
O cuidado será organizado de acordo com as diferentes fases da vida. O atendimento domiciliar será fortalecido para pessoas idosas, com deficiência, doenças crônicas ou limitações de mobilidade que necessitem de cuidado contínuo. Para a população idosa, a rede será estruturada para integrar Atenção Primária, acompanhamento domiciliar, especialistas, reabilitação e atendimento hospitalar, garantindo continuidade ao cuidado

Uma saúde que cuida previne, acolhe, acompanha e resolve. Cuida perto de casa quando é possível, garante atendimento especializado no tempo certo quando é necessário e acompanha cada pessoa durante toda a sua jornada.

COMO VAMOS CUIDAR

1. FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA

Ampliar a cobertura da Atenção Primária e da Estratégia Saúde da Família, fortalecendo as UBSs como principal referência de cuidado para cada pessoa e família. Expandir e completar as equipes, incluindo as equipes de saúde bucal e os profissionais multiprofissionais, para ampliar a capacidade de prevenção, diagnóstico precoce, acompanhamento e resolução dos problemas mais frequentes.



A proximidade das equipes com as famílias também será utilizada para identificar vulnerabilidades, conectando a Atenção Primária às demais políticas de proteção.

Ampliar e modernizar a rede de UBSs de acordo com as necessidades de cada território, aproximando o atendimento de onde as pessoas vivem. A saúde precisa chegar antes da doença e estar perto de casa.

2. ORGANIZAR A JORNADA DO PACIENTE E INTEGRAR TODA A REDE

Implantar uma lógica de acompanhamento que conecte Atenção Primária, SAMU, urgência e emergência, CAPS, exames, especialistas, reabilitação, hospitais e serviços de alta complexidade. Cada serviço terá uma função dentro da rede, mas todos precisam compartilhar informações e garantir continuidade ao atendimento.

Fortalecer a integração entre SAMU, UBSs, UPAs, hospitais e centrais de regulação. Nos casos atendidos pelo SAMU que não exijam internação, a rede deverá garantir, quando necessário, a continuidade do acompanhamento.

3. USAR A SAÚDE DIGITAL PARA CONECTAR O CUIDADO

Implantar um prontuário eletrônico integrado, acessível aos diferentes níveis da rede, reunindo histórico clínico, exames, medicamentos, encaminhamentos e informações necessárias à continuidade do cuidado.

Ampliar os serviços de Saúde Digital para aproximar especialistas da Atenção Primária, reduzir deslocamentos e acelerar diagnósticos e atendimentos, sem substituir o atendimento presencial quando ele for necessário.

4. ORGANIZAR AS FILAS E GARANTIR ATENDIMENTO NO TEMPO CERTO

Integrar e qualificar a regulação de consultas, exames, procedimentos e cirurgias, com critérios transparentes de prioridade e acompanhamento permanente da demanda e da capacidade de atendimento. O paciente precisa saber que está na fila, qual é a situação do seu encaminhamento e ser chamado de acordo com critérios clínicos claros. A gestão precisa identificar gargalos e atuar sobre eles, ampliando capacidade onde houver maior demanda.

5. AMPLIAR O ACESSO A ESPECIALISTAS, EXAMES E REABILITAÇÃO

Fortalecer a atenção especializada, ampliando a capacidade das policlínicas, ambulatorios, centros especializados e serviços de diagnóstico e reabilitação.

Organizar a oferta de especialistas e exames de acordo com a demanda real de cada região e integrar esse atendimento às UBSs.

6. ESTRUTURAR CUIDADO DO CÂNCER, DA PREVENÇÃO AO TRATAMENTO

Organizar a linha de cuidado oncológico para que a pessoa com suspeita ou diagnóstico de câncer seja acompanhada durante toda a sua jornada, da prevenção e do diagnóstico precoce ao tratamento, à reabilitação e aos cuidados paliativos.

Fortalecer a Atenção Primária para identificar sinais de alerta e garantir encaminhamento rápido dos casos suspeitos. Criar fluxos prioritários para exames e confirmação diagnóstica, reduzindo o tempo entre a suspeita da doença, o diagnóstico e o início do tratamento.

Integrar UBSs, regulação, serviços de diagnóstico e unidades especializadas para garantir continuidade entre consultas, exames, cirurgia, quimioterapia, radioterapia e demais tratamentos necessários. No câncer, o tempo também é parte do cuidado.

7. FORTALECER A URGÊNCIA E A EMERGÊNCIA

Organizar UPAs, emergências hospitalares e demais serviços de urgência para que estejam preparados para atender quem realmente precisa de cuidado imediato, com fluxos claros entre esses serviços e os demais níveis da rede.

Integrar SAMU, UPAs, emergências hospitalares e centrais de regulação, utilizando tecnologia, protocolos e planejamento territorial para reduzir o tempo de resposta e direcionar cada paciente ao serviço adequado.

Após o atendimento de urgência, pacientes que necessitem de continuidade do cuidado deverão ser encaminhados para acompanhamento na Atenção Primária, atenção especializada ou rede hospitalar. A porta da urgência não pode ser o começo e o fim do atendimento.

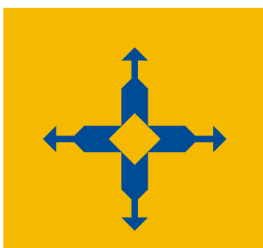
8. FAZER OS HOSPITAIS CUMPRIREM SUA FUNÇÃO DENTRO DA REDE

Fortalecer a rede hospitalar para internações, cirurgias e tratamentos de maior complexidade, articulando os hospitais às demais unidades do SUS.

Melhorar a gestão de leitos, centros cirúrgicos, exames, equipes e fluxos hospitalares, reduzindo cancelamentos, tempo de espera e permanências desnecessárias. Os hospitais precisam estar disponíveis para quem necessita de cuidado hospitalar, enquanto demandas que podem ser resolvidas em outros níveis devem encontrar resposta antes de chegar à emergência.

9. CRIAR O HOSPITAL DO IDOSO E ESTRUTURAR UMA REDE DE CUIDADO PARA O ENVELHECIMENTO

Implantar o Hospital do Idoso como referência especializada, integrado às UBSs, equipes de Saúde da Família, atendimento domiciliar, serviços especializados, reabilitação e rede hospitalar. A unidade será preparada para atender às necessidades próprias do envelhecimento, com atenção geriátrica e integração das especialidades, tratamento e recuperação da pessoa idosa.



O cuidado com o idoso não começará no hospital. O Hospital do Idoso será a referência especializada quando a complexidade exigir, dentro de uma rede que acompanha a pessoa antes, durante e depois do atendimento hospitalar.

10. LEVAR O CUIDADO PARA DENTRO DE CASA

Fortalecer o atendimento domiciliar para pessoas idosas, com deficiência, doenças crônicas, limitações de mobilidade e quem necessita de acompanhamento contínuo. Integrar o cuidado domiciliar às equipes da Atenção Primária, aos hospitais e aos serviços de reabilitação, permitindo acompanhamento após altas hospitalares e evitando deslocamentos e internações desnecessárias.

11. FORTALECER A SAÚDE MENTAL E A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Ampliar e qualificar a Rede de Atenção Psicossocial, fortalecendo CAPS e a integração com Atenção Primária, urgência e emergência, assistência social e rede hospitalar.

Garantir cuidado continuado para pessoas em sofrimento psíquico e para aquelas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, evitando que famílias precisem percorrer diferentes serviços sem encontrar uma resposta integrada.

12. CUIDAR DAS MULHERES EM TODAS AS FASES DA VIDA

Fortalecer a atenção integral à saúde da mulher, da prevenção e do acompanhamento ginecológico ao pré-natal, parto, puerpério, climatério e envelhecimento. Ampliar o diagnóstico precoce e o acesso a exames e tratamentos, especialmente para cânceres de mama e colo do útero, e integrar os serviços de saúde à rede de proteção das mulheres em situação de violência.

13. CUIDAR DA GESTAÇÃO, DA INFÂNCIA E DO DESENVOLVIMENTO

Fortalecer o pré-natal, a assistência ao parto e ao puerpério e o acompanhamento da criança desde os primeiros dias de vida, integrando maternidades, pediatria, vacinação e Atenção Primária.

Garantir acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, com identificação precoce de alterações e encaminhamento para avaliação e cuidado especializado quando necessário.

14. VALORIZAR PROFISSIONAIS E ORGANIZAR A FORÇA DE TRABALHO

Planejar a distribuição dos profissionais de acordo com as necessidades de cada região e de cada nível de atenção, reduzindo vazios assistenciais e equipes incompletas.

Valorizar os servidores, investir em formação continuada e garantir condições adequadas de trabalho. Nenhuma estrutura de saúde funciona sem quem cuida das pessoas todos os dias.

15. GARANTIR MEDICAMENTOS, INSUMOS E ABASTECIMENTO

Aprimorar planejamento, compras, estoques e distribuição para reduzir a falta de medicamentos e insumos nas unidades.

Utilizar tecnologia e integração de dados para antecipar necessidades, acompanhar estoques e reduzir desperdícios. Receber uma prescrição e não encontrar o medicamento necessário também é uma interrupção do cuidado.

16. GARANTIR TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E RESULTADOS NA GESTÃO DA SAÚDE E DO IGES-DF

Realizar uma auditoria ampla no IGES-DF, avaliando contratos, compras, despesas, processos de contratação, indicadores assistenciais e resultados entregues à população.

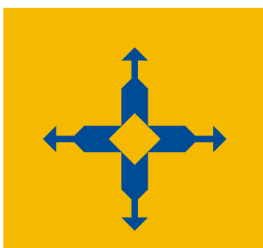
Ampliar a transparência e os mecanismos permanentes de controle e fiscalização, com divulgação acessível de informações sobre contratos, fornecedores, gastos, metas e desempenho das unidades administradas pelo Instituto.

A gestão da saúde será orientada por indicadores e resultados, permitindo comparar recursos utilizados, capacidade instalada e atendimento efetivamente entregue à população. Autonomia administrativa precisa vir acompanhada de responsabilidade, transparência e controle.

17. PREVENIR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PELA REDE DE SAÚDE

Integrar a Atenção Primária à política de prevenção à violência doméstica e ao feminicídio, preparando equipes de Saúde da Família e agentes comunitários de saúde para reconhecer sinais de violência, acolher com segurança e acionar os serviços especializados e a rede de proteção quando necessário.

A presença dos profissionais de saúde nos territórios e dentro das casas permite ao Estado estar próximo de mulheres que muitas vezes ainda não chegaram a uma delegacia ou a um serviço especializado. Visitas domiciliares, consultas e o acompanhamento das famílias podem ajudar a identificar situações de risco e permitir uma atuação mais precoce.



18.GARANTIR CUIDADO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ÀS PESSOAS NEUROATÍPICAS

Organizar linha de cuidado para pessoas com deficiência e pessoas neuroatípicas, integrando Atenção Primária, diagnóstico, atendimento especializado, terapias, reabilitação, saúde mental e acompanhamento multiprofissional.

Ampliar a capacidade de identificação precoce de alterações do desenvolvimento e do neurodesenvolvimento, garantindo encaminhamento e acompanhamento para crianças e adolescentes com sinais de autismo, TDAH e outras condições que demandem avaliação e cuidado especializado.

Integrar Saúde, Educação e Assistência Social para que informações e necessidades identificadas na escola, na UBS ou no acompanhamento das famílias resultem em atendimento e suporte adequados, evitando que as famílias precisem percorrer sozinhas diferentes serviços em busca de diagnóstico, terapias e acompanhamento.

Garantir acessibilidade física e comunicacional nos serviços de saúde e qualificar profissionais para um atendimento inclusivo, respeitando as diferentes necessidades de cada pessoa.

UMA REDE, UMA JORNADA, UMA PESSOA

Da UBS ao atendimento especializado, da UPA ao hospital, do atendimento domiciliar à alta complexidade, a lógica é a mesma: cada pessoa acompanhada durante toda a jornada de cuidado.



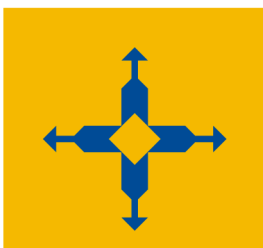
CONTINUIDADE DO CUIDADO

Da prevenção ao tratamento, do atendimento domiciliar à alta complexidade, sem deixar o paciente se perder entre os serviços.

RESULTADOS ESPERADOS

Uma rede pública de saúde mais próxima, integrada e resolutiva, capaz de cuidar das pessoas antes que a doença se agrave e acompanhá-las durante toda a jornada, garantindo atendimento no lugar certo e no tempo certo.

- Mais pessoas acompanhadas pela Atenção Primária, com ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família, equipes mais completas, UBSs estruturadas e maior capacidade de prevenção, diagnóstico precoce e resolução dos problemas mais frequentes. Uma rede mais próxima das pessoas, capaz de acompanhar cada paciente ao longo da vida e evitar que problemas simples se transformem em casos mais graves.
- Uma rede verdadeiramente integrada, conectando Atenção Primária, SAMU, UPAs, CAPS, especialistas, reabilitação, hospitais e alta complexidade.
- Menos tempo perdido entre uma etapa e outra do atendimento, com prontuário eletrônico integrado, Saúde Digital e informações acompanhando o paciente ao longo de sua jornada.
- Filas mais transparentes e atendimento mais rápido, com critérios clínicos claros de prioridade, acompanhamento dos encaminhamentos e gestão permanente da demanda por consultas, exames, procedimentos e cirurgias.
- Mais acesso a especialistas, exames e reabilitação, com oferta organizada de acordo com a demanda de cada região e integração do atendimento especializado às UBSs.
- Diagnóstico e tratamento mais rápidos para o câncer, com uma linha de cuidado que acompanhe o paciente da prevenção e do diagnóstico precoce ao tratamento, reabilitação e cuidados paliativos.
- Urgências e emergências mais resolutivas, com SAMU, UPAs, hospitais e regulação trabalhando de forma integrada para reduzir o tempo de resposta e encaminhar cada pessoa ao serviço adequado.
- Hospitais mais eficientes e disponíveis para quem realmente precisa de cuidado hospitalar, com melhor gestão de leitos, centros cirúrgicos, exames e equipes, e redução de cancelamentos e esperas desnecessárias.



- Uma rede preparada para cuidar do envelhecimento, com Atenção Primária, atendimento domiciliar, especialistas, reabilitação, rede hospitalar e o Hospital do Idoso funcionando de maneira integrada.
- Mais cuidado em saúde mental, com CAPS e Rede de Atenção Psicossocial articulados à Atenção Primária, urgência e emergência, assistência social e hospitais.
- Mais cuidado com as mulheres em todas as fases da vida, ampliando prevenção, acompanhamento, diagnóstico precoce e acesso a exames e tratamentos e conectando a saúde à rede de proteção contra a violência.
- Gestantes e crianças acompanhadas desde o pré-natal, com assistência ao parto e puerpério, vacinação, acompanhamento do crescimento e identificação precoce de alterações no desenvolvimento.
- Profissionais mais valorizados e equipes mais bem distribuídas, reduzindo vazios assistenciais e garantindo melhores condições para quem cuida das pessoas.
- Maior disponibilidade de medicamentos e insumos, com planejamento, controle de estoques e uso de tecnologia para reduzir faltas e desperdícios.
- Mais transparência, controle e eficiência na gestão da saúde e do IGES-DF, com auditoria, fiscalização, indicadores e avaliação dos resultados efetivamente entregues à população.
- Uma rede de saúde mais preparada para ajudar a prevenir a violência doméstica e o feminicídio, utilizando a proximidade das equipes de Saúde da Família e dos agentes comunitários para identificar sinais de risco, acolher e conectar mulheres à rede de proteção.
- Mais acesso ao cuidado para pessoas com deficiência e pessoas neuroatípicas, com identificação precoce de alterações do desenvolvimento e do neurodesenvolvimento, acesso a diagnóstico, terapias, reabilitação e acompanhamento multiprofissional, além de maior integração entre Saúde, Educação e Assistência Social.

Segurança cuidadosa



TODA FAMÍLIA TEM O DIREITO DE VIVER SEM MEDO

O DESAFIO

Segurança é poder viver a cidade com tranquilidade. Cuidar das pessoas também é garantir presença do Estado para prevenir a violência, proteger quem está em risco e responder com rapidez quando uma ocorrência acontece.

O Distrito Federal tem uma das melhores estruturas de segurança pública do País, mas enfrenta um desafio crescente para manter a capacidade operacional diante da redução dos efetivos, do aumento da complexidade da criminalidade e da necessidade de maior integração entre as forças de segurança.

A solução não é apenas contratar mais policiais. É garantir presença do Estado, inteligência, integração e capacidade de resposta.

A segurança pública depende de profissionais valorizados, estrutura adequada e atuação integrada entre as forças policiais, de trânsito, perícia, sistema prisional e Defesa Civil. Os dados evidenciam que o Distrito Federal enfrenta importantes déficits de efetivo em praticamente todas essas áreas, comprometendo a capacidade operacional do Estado e a prestação dos serviços à população. Valorizar e dar condições a quem protege é também cuidar da segurança das pessoas.

DESAFIOS QUE EXIGEM ATENÇÃO



Esses desafios mostram que Segurança Pública não se faz apenas com polícia. A prevenção da violência exige integração também com Saúde, Educação e Assistência Social. No enfrentamento à violência doméstica, por exemplo, um agente de saúde que entra na casa de uma família pode ser uma das primeiras presenças do Estado capaz de identificar uma situação de risco. O Estado precisa estar preparado para reconhecer esses sinais e fazer a rede de proteção funcionar antes que a violência se agrave.

A maior questão da Segurança Pública não é apenas aumentar o número de policiais nas ruas. É fortalecer a capacidade operacional do Estado, integrar as Forças de Segurança e utilizar inteligência, tecnologia e gestão para prevenir a violência, responder com rapidez às ocorrências e ampliar a sensação de segurança.

NOSSO COMPROMISSO

A Segurança Pública é um direito fundamental e condição indispensável para a qualidade de vida, o desenvolvimento econômico e o fortalecimento das comunidades. Mais do que combater a criminalidade, uma política moderna de segurança deve proteger as pessoas, prevenir a violência e garantir que todos possam viver, trabalhar e circular pela cidade com tranquilidade.

O compromisso com uma Segurança Inteligente pressupõe integrar tecnologia, planejamento, presença do Estado e atuação coordenada das instituições públicas. O objetivo é fortalecer a prevenção, ampliar a capacidade de resposta das forças de segurança e construir uma cidade mais segura, organizada e preparada para enfrentar os desafios da violência.

O fortalecimento da segurança também passa pelo sistema prisional. Valorizar e qualificar a Polícia Penal, ampliar a inteligência penitenciária e utilizar tecnologia para aumentar o controle das unidades serão medidas importantes para impedir que organizações criminosas continuem articulando crimes de dentro dos presídios.

A integração entre a inteligência policial e a inteligência penitenciária permitirá acompanhar a atuação das organizações criminosas dentro e fora do sistema prisional, contribuindo para desarticular suas estruturas e proteger a população.

COMO VAMOS CUIDAR

1. MURALHA DIGITAL

Investir em tecnologia para ampliar a capacidade de prevenção e resposta da Segurança Pública do Distrito Federal. Hoje, as câmeras da Secretaria de Segurança, do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), do Detran e do Metrô operam de forma fragmentada, sem uma central única de inteligência capaz de cruzar essas informações em tempo real.

Ampliar também o uso de Inteligência Artificial e integrar os bancos de dados, utilizando recursos de reconhecimento facial para apoiar o trabalho das forças de segurança e aumentar a capacidade do Estado de proteger as pessoas.

Com essa base integrada, a plataforma poderá atuar em três frentes simultâneas:

- Na captura de foragidos, o cruzamento automático com o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP) permitirá alertas direcionados à viatura mais próxima, com informações que tornem a abordagem mais rápida e segura;
- No acolhimento humanitário, a tecnologia poderá auxiliar na localização de idosos, pessoas com Alzheimer, crianças e outras pessoas desaparecidas;
- Na prevenção, permitirá identificar situações de risco em áreas prioritárias, como os centros das Regiões Administrativas e o entorno das escolas, orientando a presença e a atuação das forças de segurança.

Na proteção patrimonial, a leitura de placas poderá ajudar a identificar veículos roubados ou clonados e possíveis rotas de fuga. O Distrito Federal tem vantagem estrutural para essa estratégia por ser geograficamente compacto, facilitando o cercamento tecnológico.

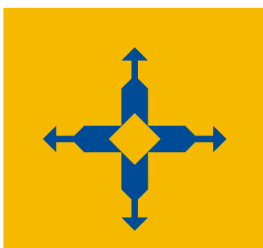
A experiência na Câmara dos Deputados também permitirá buscar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para ampliar os investimentos em tecnologia. A Muralha Digital não substituirá as estratégias específicas de enfrentamento aos crimes, mas será uma infraestrutura capaz de aumentar a capacidade do Estado de prevenir, identificar riscos e responder com mais rapidez.

No enfrentamento ao feminicídio, o cruzamento de dados e o monitoramento territorial poderão ajudar a identificar com maior rapidez agressores foragidos ou em violação de medida protetiva. No atendimento às pessoas em situação de rua, a tecnologia poderá auxiliar na identificação. E no combate ao homicídio e ao latrocínio, o cerco veicular inteligente e a leitura de placas ajudarão a identificar deslocamentos e orientar com maior precisão o policiamento.

A integração de dados e o uso de inteligência também ampliarão a capacidade de enfrentamento ao crime organizado, permitindo identificar padrões de atuação, conexões entre ocorrências, deslocamentos e redes criminosas.

2. FORTALECER E INTEGRAR AS FORÇAS DE SEGURANÇA

As corporações operam com déficit de efetivo, escalas exaustivas e discussões salariais



que desgastam profissionais e comprometem a capacidade de resposta do Estado. O primeiro passo será recompor efetivos com previsibilidade e responsabilidade fiscal, garantindo concursos para as Polícias Militar e Civil e o Corpo de Bombeiros.

Investir em investigação, perícia, tecnologia e qualificação profissional é fundamental para que o Estado não apenas responda à ocorrência, mas consiga identificar autores, produzir provas e aumentar a capacidade de resolução dos crimes.

Cuidar de quem cuida da segurança da população também será uma prioridade. A saúde dos profissionais será tratada como questão de gestão, com atenção aos afastamentos e aos casos de suicídio nas categorias, e não como um problema exclusivamente individual.

Outro pilar será a integração das Forças. Hoje, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Penal e Detran operam com canais e dados próprios. O compartilhamento de informações e o planejamento conjunto entre as Forças permitirão que a resposta seja coordenada e não fragmentada por corporação.

A integração e a especialização também precisam acompanhar as novas formas de criminalidade. Golpes, fraudes eletrônicas, invasões de contas e outros crimes praticados no ambiente digital passaram a fazer parte da rotina das famílias. Ampliar a capacidade de prevenção e investigação dos crimes cibernéticos, com profissionais especializados, inteligência digital, tecnologia e perícia, será parte da estratégia de proteção da população.

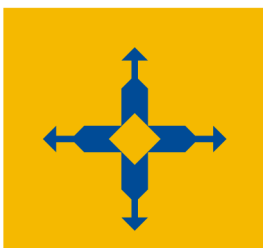
Outra integração importante será entre Distrito Federal e Goiás. Por meio da criação de um Gabinete de Gestão Integrada Metropolitana, serão associados canais de comunicação e inteligência com as Forças de Segurança de Goiás, enfrentando o crime itinerante e os problemas que ultrapassam as fronteiras administrativas do Distrito Federal.

O terceiro passo será ampliar a integração para além da Segurança Pública. Femicídio, pessoas em situação de rua e crimes violentos exigem respostas que também envolvam Saúde, Educação e Assistência Social. A atuação integrada deverá alcançar ainda os órgãos responsáveis pela infraestrutura urbana, iluminação, zeladoria e fiscalização, como CEB Ipes, Novacap e DF Legal, entre outros que impactam diretamente a proteção da população.

RESULTADOS ESPERADOS

Uma segurança pública mais integrada, inteligente e preparada para prevenir a violência, proteger as pessoas e responder com mais rapidez, fazendo o Estado chegar a quem precisa, onde e quando precisa. O resultado será uma Brasília em que as pessoas possam viver, trabalhar, estudar e circular com mais tranquilidade, porque encontram um Estado presente, integrado e preparado para prevenir, proteger e agir.

- Maior capacidade de prevenção e resposta, com tecnologia, Inteligência Artificial, câmeras e bancos de dados trabalhando de forma integrada.
- Respostas rápidas e seguras às ocorrências, com informações compartilhadas, planejamento conjunto e maior integração entre as Forças de Segurança.
- Mais capacidade para localizar foragidos e pessoas desaparecidas, especialmente crianças, idosos, pessoas com Alzheimer e outros grupos vulneráveis, utilizando tecnologia e cruzamento de informações.
- Mais segurança nas Regiões Administrativas e no entorno das escolas, com identificação de situações de risco e uso de dados para orientar a presença e a atuação das Forças.
- Maior capacidade de enfrentamento ao feminicídio e aos Crimes Violentos Letais Intencionais, utilizando inteligência, monitoramento territorial e integração para identificar riscos e orientar a atuação do Estado.
- Mais proteção ao patrimônio e maior capacidade de combate a veículos roubados ou clonados, com cercamento tecnológico, leitura de placas e identificação de possíveis rotas de fuga.
- Efetivos recompostos de forma planejada e profissionais mais valorizados, com atenção também à saúde e às condições de trabalho de quem atua diariamente na proteção da população.
- Forças de segurança integradas, compartilhando informações e planejando conjuntamente as ações para superar respostas fragmentadas.
- Maior integração entre o DF e Goiás, com comunicação e inteligência compartilhadas para enfrentar crimes que ultrapassam as fronteiras.
- Maior capacidade de enfrentamento ao crime organizado, utilizando inteligência, tecnologia, integração de dados e monitoramento territorial para antecipar riscos e orientar com maior precisão as Forças de Segurança.
- Uma rede pública mais preparada para prevenir situações de violência e vulnerabilidade, articulando Segurança, Saúde, Educação e Assistência Social.



Transporte cuidadoso



TODO CIDADÃO TEM O DIREITO DE IR E VIR EM SEGURANÇA, DIGNIDADE E DE FORMA EFICIENTE.

O DESAFIO

Mobilidade é parte da vida das pessoas. O tempo gasto para chegar ao trabalho, levar os filhos à escola, acessar um serviço de saúde ou voltar para casa é tempo que deixa de ser vivido com a família, dedicado ao descanso, ao estudo ou a outras atividades. Cuidar da mobilidade é cuidar do tempo, da segurança e da qualidade de vida das pessoas.

A mobilidade do Distrito Federal foi marcada, no último governo, pelo investimento em obras rodoviárias que priorizaram, em sua maioria, o transporte individual. Ao mesmo tempo, não houve investimento significativo na expansão do metrô, que vem se deteriorando e perdendo passageiros.

A política de priorização do carro contribuiu para que, nos últimos dez anos, a frota de veículos crescesse em ritmo muito superior ao da população. Com esse crescimento, congestionamentos tornam-se inevitáveis, porque não há ampliação da rede viária capaz de absorver continuamente o aumento do número de veículos.

A principal resposta para esse cenário passa pelo investimento em um transporte público de qualidade, integrado e capaz de oferecer dignidade nos deslocamentos diários. Uma mobilidade melhor impacta não apenas o tempo de cada pessoa, mas também o desenvolvimento econômico, a saúde, a educação, a segurança e o meio ambiente.

Outro problema grave está no atual modelo de contratação das empresas de ônibus. Hoje, o usuário paga o equivalente a 30% do custo do transporte e o governo assume os outros 70%. O problema não está nas gratuidades, mas em um contrato que transferiu ao poder público o risco da demanda: perder passageiros não reduz a receita das empresas e aumenta o custo para o governo. Com isso, enfraqueceu-se um princípio fundamental da concessão: a qualidade do serviço precisa fazer parte dos incentivos do sistema.

Ao mesmo tempo, os ônibus representam cerca de 90% da demanda do transporte público. Sem ônibus, a cidade para. Por isso, qualquer política de mobilidade precisa reconhecer esse modal como parte central do sistema. A solução não é apenas colocar mais ônibus nas ruas, mas aperfeiçoar o modelo que define quanto o

Estado paga, o que exige em troca e como são distribuídas as responsabilidades quando o serviço não funciona adequadamente.

Cuidar da mobilidade exige contratos bem desenhados, alternativas reais ao ônibus, investimento em transporte de maior capacidade e obras que priorizem quem utiliza o transporte coletivo. Acima de tudo, exige olhar para a viagem pela perspectiva de quem a faz todos os dias: da porta de casa até o destino e de volta para casa.

NOSSO COMPROMISSO

A mobilidade urbana influencia diretamente a qualidade de vida da população. O acesso ao trabalho, à educação, à saúde e aos serviços públicos depende de um sistema de transporte eficiente, integrado e acessível. Reduzir o tempo de deslocamento significa ampliar oportunidades, aumentar a produtividade e devolver às pessoas tempo para viver.

Uma política pública de mobilidade deve priorizar o cidadão, promovendo um sistema de transporte coletivo confiável, seguro e sustentável, articulado ao planejamento urbano e apoiado pelo uso de tecnologia para ampliar a eficiência operacional e a qualidade do serviço.

O compromisso é fazer da mobilidade um instrumento de cuidado: menos tempo esperando, menos tempo no trânsito e mais tempo para a vida.

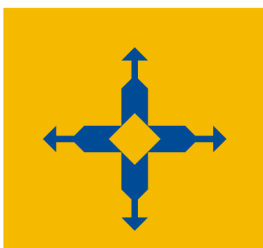
COMO VAMOS CUIDAR

1. EXPANDIR O METRÔ E FORTALECER CORREDORES ESTRUTURANTES

Investir no sistema ferroviário é fundamental para transportar grandes volumes de passageiros e atender às longas distâncias percorridas diariamente pela população. O Metrô precisa voltar a ser uma alternativa real, eficiente e confiável para quem se desloca pelo Distrito Federal.

Para fortalecer os corredores estruturantes da cidade, serão consideradas as seguintes expansões:

- Criação da linha do metrô na Asa Norte, com expansão para atender Taquari, Grande Colorado, Sobradinho, Mestre d'Armas e Planaltina;
- Expansão da linha de Ceilândia, chegando ao Setor O, Sol Nascente e à região próxima à divisa com Águas Lindas (GO);



- Derivação de uma linha a partir da Estação Asa Sul, atendendo Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Gama e Santa Maria, seguindo em direção à BR-040 e à região próxima à divisa com Valparaíso (GO).

Expandir o metrô também significa cuidar do sistema que já existe. Será necessário adquirir novos trens para substituir aqueles que chegaram ao fim da vida útil e recuperar os que ainda podem ser revitalizados. Com isso, será possível reduzir o intervalo entre os trens e ampliar a capacidade de atendimento enquanto as novas expansões são executadas.

2. INTEGRAR DE VERDADE O SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO

Um sistema fragmentado não resolve o problema da mobilidade do Distrito Federal. As pessoas não utilizam modais isolados: elas precisam completar uma viagem. Por isso, ônibus, BRT, metrô e outros modais precisam funcionar de maneira integrada.

O primeiro passo será unificar o sistema de bilhetagem de todo o transporte público. Ônibus, BRT, metrô e qualquer novo modal deverão fazer parte do mesmo sistema. A integração facilitará a utilização pelo passageiro e permitirá maior transparência sobre contratos, tarifas e concessionários envolvidos na operação.

O cidadão não utiliza um modal isolado. Ele precisa de uma viagem completa, da porta de casa até o destino. Isso significa pensar o deslocamento como uma jornada única, com integração física, tarifária e operacional entre ônibus, BRT, metrô e demais modais, reduzindo o tempo de espera, as conexões desnecessárias e o tempo total de deslocamento.

3. PLANEJAR A MOBILIDADE A PARTIR DA JORNADA DAS PESSOAS

Cuidar da mobilidade é cuidar da jornada inteira do usuário: do momento em que a pessoa sai de casa até chegar ao destino, com segurança, previsibilidade e dignidade. Isso passa por cuidar da malha viária, das calçadas e travessias, garantir acessibilidade, iluminação e segurança nos caminhos, melhorar pontos de ônibus e terminais, conectar ciclovias e organizar a integração entre ônibus, BRT, metrô, táxis, transporte por aplicativo e outros meios de deslocamento. Cada parte precisa funcionar e estar conectada à seguinte.

4. CUIDAR DO ÚLTIMO QUILOMETRO

A viagem não termina quando a pessoa desce do ônibus, do BRT ou do metrô. Muitas vezes, ainda existe um trecho entre a estação, o terminal ou a parada e o destino final. É o chamado último quilômetro, uma etapa que precisa fazer parte do planejamento da mobilidade.

Facilitar esse trecho significa ampliar as possibilidades de conexão com outros meios de deslocamento, como bicicletas, patinetes, táxis e transporte por aplicativo, além de garantir calçadas acessíveis e caminhos seguros para quem segue a pé.

Estações e terminais precisam funcionar como pontos de conexão entre diferentes modais, com infraestrutura adequada para embarque e desembarque, bicicletários e integração com bicicletas e patinetes compartilhados. A tecnologia também poderá ajudar o cidadão a planejar essas conexões e escolher a melhor forma de completar a viagem.

Cuidar do último quilômetro é garantir que a pessoa não tenha apenas como chegar perto do seu destino, mas consiga completar sua jornada com segurança, facilidade e menos tempo perdido.

5. INTEGRAR O TRANSPORTE POR APLICATIVO À MOBILIDADE URBANA

Autorizar o uso das faixas exclusivas por veículos de transporte por aplicativo, com regras de circulação e monitoramento que preservem a prioridade do transporte coletivo.

6. MODERNIZAR A EXPERIÊNCIA DE QUEM UTILIZA O TRANSPORTE PÚBLICO

Utilizar a tecnologia para facilitar a vida do usuário será uma premissa da gestão. Ampliar a disponibilidade de internet e garantir informações em tempo real sobre rotas, horários e linhas, além de oferecer ferramentas digitais capazes de calcular melhores trajetos considerando tempo e custo.

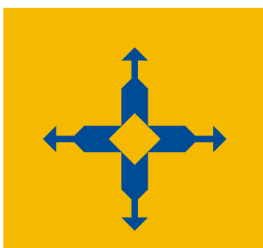
7. PLANEJAR A MOBILIDADE OLHANDO PARA A REGIÃO INTEGRADA

A mobilidade não termina nos limites administrativos do Distrito Federal. O Entorno possui cerca de 1,2 milhão de habitantes e, segundo os dados utilizados pela equipe, aproximadamente 250 mil pessoas se deslocam diariamente para o DF. Essa realidade precisa ser considerada no planejamento da mobilidade.

Embora as linhas interestaduais não sejam de responsabilidade direta do Governo do Distrito Federal, as pessoas que atravessam diariamente essa fronteira fazem parte da dinâmica da cidade. O planejamento do sistema precisa considerar esses deslocamentos e sua relação com os demais modais e corredores de transporte.

8. REVISAR A GESTÃO DO SISTEMA E FORTALECER A TRANSPARÊNCIA

Promover uma revisão responsável da concessão da Rodoviária do Plano Piloto, por meio de auditoria independente completa, avaliando aspectos operacionais, financeiros e contratuais. O objetivo é garantir transparência, qualidade dos serviços e cumprimento das obrigações assumidas pelos concessionários, fazendo com que a gestão do sistema esteja a serviço de quem o utiliza todos os dias e fortalecendo a confiança da população no transporte público.



Revisar os contratos das empresas de ônibus e a tarifa técnica paga às operadoras das bacias do sistema de transporte público do DF, garantindo mais transparência, equilíbrio dos contratos e controle dos gastos públicos.

RESULTADOS ESPERADOS

Uma mobilidade mais integrada, eficiente e pensada a partir da jornada das pessoas, reduzindo o tempo perdido nos deslocamentos e garantindo mais segurança, previsibilidade e qualidade de vida.

- Redução do tempo total de deslocamento, com uma rede mais integrada e menos tempo de espera e de conexão entre os diferentes meios de transporte.
- Transporte público mais confiável e eficiente, com metrô fortalecido, integração entre ônibus, BRT e demais modais e maior previsibilidade para quem depende do sistema todos os dias.
- Ampliação da capacidade e do alcance do metrô, com expansão para novas regiões, renovação dos trens e redução dos intervalos entre as viagens.
- Melhores condições para toda a jornada, com atenção à malha viária, calçadas, travessias, acessibilidade, iluminação, pontos de ônibus, terminais e ciclovias.
- Mais alternativas para completar o último quilômetro, conectando estações, terminais e paradas a bicicletas, patinetes, táxis, transporte por aplicativo e deslocamentos a pé.
- Mais agilidade para o transporte por aplicativo, com utilização regulamentada das faixas exclusivas, preservando a prioridade do transporte coletivo.
- Mais informação e previsibilidade para o usuário, com acesso a rotas, horários, linhas e melhores trajetos em tempo real.
- Planejamento da mobilidade integrado ao Entorno, considerando os deslocamentos diários entre a região metropolitana e o Distrito Federal.
- Mais transparência, eficiência e controle dos gastos com o transporte público, com auditoria, revisão dos contratos das empresas de ônibus e da tarifa técnica e maior cobrança pela qualidade dos serviços prestados.

Governo que cuida



TOLERÂNCIA ZERO À CORRUPÇÃO E O CIDADÃO NO CENTRO DAS DECISÕES

O DESAFIO

O Distrito Federal tem uma das maiores rendas per capita do País, arrecadação própria robusta e conta com os recursos do Fundo Constitucional. Em 2026, o orçamento chega a R\$ 74,4 bilhões. Poucos governos no País dispõem de tantos recursos por habitante. E, mesmo assim, falta muito para o cidadão.

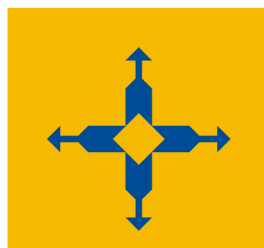
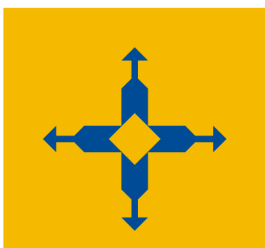
Grande parte do orçamento está comprometida com despesas de pessoal e custeio, enquanto apenas 2,67% são destinados a investimentos. O Distrito Federal também enfrenta uma situação fiscal que reduz sua capacidade de reagir a crises e realizar novos investimentos. Sua nota de capacidade de pagamento junto ao Tesouro Nacional é C, o que impede operações de crédito com garantia da União. Um governo que gasta praticamente tudo o que arrecada perde capacidade de planejar o futuro e de responder quando uma crise acontece.

A situação do BRB tornou o problema mais evidente. Um banco com mais de 60 anos de história foi colocado em risco por decisões de gestão. Independentemente da solução a ser construída, a crise demonstra o custo que decisões tomadas sem governança, controle e transparência podem impor ao patrimônio público.

Corrupção, desperdício e má gestão não são problemas abstratos de contabilidade. Cada real desviado ou desperdiçado é dinheiro que deixa de chegar à saúde, à educação, à segurança, à mobilidade e às pessoas que precisam do Estado. Por isso, gestão pública não é apenas um tema administrativo neste plano. É a condição para que todos os outros compromissos sejam cumpridos.

O Distrito Federal precisa enfrentar quatro desafios centrais:

- Combater e prevenir a corrupção;
- Aumentar a eficiência da administração pública;
- Proteger e recuperar o BRB sem comprometer desenvolvimento do DF;
- Reduzir e reorganizar a estrutura do governo.



NOSSO COMPROMISSO

Para colocar o cidadão no centro das políticas públicas, o serviço público precisa ser simples, acessível, integrado e capaz de resolver as demandas das pessoas com agilidade, respeito e transparência.

Nosso compromisso é reorganizar a administração pública para que o governo funcione de forma mais eficiente, integrada e digital. A tecnologia será utilizada para simplificar processos, reduzir burocracias, melhorar a jornada do cidadão nos serviços públicos e ampliar a transparência.

Também vamos melhorar a gestão do orçamento para recuperar a capacidade de investimento do Distrito Federal. Vamos fazer mais com uma máquina mais enxuta e direcionar os recursos economizados para aquilo que chega à vida das pessoas: saúde, educação, segurança e mobilidade.

A transformação digital não poderá deixar ninguém para trás. Os serviços deverão estar disponíveis no ambiente digital, mas o atendimento presencial e assistido será preservado para quem precisa. Todos os serviços possíveis no digital. Nenhum cidadão deixado para trás. E o combate à corrupção não será apenas discurso. Será estrutura permanente de Estado.

COMO VAMOS CUIDAR

1. TORNAR A MÁQUINA PÚBLICA MAIS ENXUTA E COORDENADA

Reduzir o número de secretarias para menos da metade da estrutura atual, já no primeiro ato de governo, e realizar uma revisão da estrutura administrativa nos primeiros 100 dias, eliminando sobreposições de competências e contratos duplicados entre órgãos.

Cumprir a Lei nº 4.858/2012, garantindo que ao menos metade dos cargos em comissão seja ocupada por servidores efetivos, e instituir um plano de força de trabalho para que as nomeações sejam orientadas pelas necessidades reais de cada área.

2. GARANTIR UMA TRANSPARÊNCIA QUE O CIDADÃO ENTENDA

Disponibilizar dados públicos em formato aberto e linguagem compreensível. Transparência é permitir que qualquer cidadão consiga encontrar, compreender e acompanhar o que o governo faz.

Criar um painel público de obras, com etapa, prazo, responsável e valor atualizado, e ampliar a transparência sobre contratos, emendas, cargos comissionados e execução orçamentária, garantindo uma trilha de rastreamento acessível.

Dar transparência à situação do BRB e do patrimônio do Distrito Federal, com auditoria independente e divulgação dos resultados.

3.CONSTRUIR UM GOVERNO INTEGRADO E DIGITAL DE VERDADE

Integrar os sistemas do Governo do Distrito Federal para que os órgãos públicos conversem entre si. O cidadão não pode continuar sendo o mensageiro do governo. Adotar o princípio de que o governo pergunta uma vez só: uma informação já fornecida pelo cidadão a um órgão público não deverá ser exigida novamente por outro.

Antes de digitalizar os serviços, simplificar processos e eliminar etapas desnecessárias. Aqui, vale ressaltar que digitalizar não significa transformar papel em formulário eletrônico; significa utilizar a tecnologia para facilitar a vida das pessoas.

Garantir atendimento presencial e assistido em todas as Regiões Administrativas para quem não possui acesso ou autonomia digital e permitir o acompanhamento eletrônico das solicitações, com prazo de resposta visível ao cidadão.

4. PLANEJAR O ORÇAMENTO E GOVERNAR POR RESULTADOS

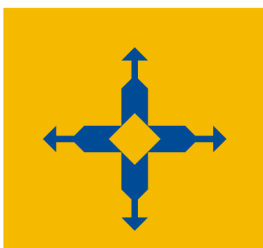
Enfrentar as despesas de exercícios anteriores, estabelecendo metas de redução ano a ano, e recuperar gradualmente a capacidade de investimento do DF. Vincular orçamento, planejamento e resultado, estabelecendo metas públicas, indicadores e avaliações periódicas para cada área do governo. Garantir o cumprimento dos investimentos obrigatórios em áreas essenciais, especialmente saúde e educação. Não basta saber quanto o governo gastou. É preciso saber o que esse dinheiro entregou para a população.

5. TER UMA OUVIDORIA E UM ATENDIMENTO QUE RESPONDAM

Estabelecer prazo para resposta às manifestações dos cidadãos e divulgar o índice de cumprimento de cada órgão. Utilizar as manifestações recebidas pela Ouvidoria como instrumento permanente de avaliação e melhoria dos serviços e avançar na integração dos canais de atendimento, permitindo que o cidadão tenha um histórico único de suas demandas.

6. GARANTIR PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PERMANENTE

Institucionalizar canais de escuta qualificada para que a população participe do planejamento, da execução e da avaliação das políticas públicas. Ampliar a prestação de contas em formato acessível, dar transparência à agenda do governo e garantir devolutiva às demandas apresentadas pela população.



RESULTADOS ESPERADOS

Um governo mais enxuto, eficiente, transparente e próximo das pessoas, capaz de recuperar sua capacidade de investimento, proteger o dinheiro público e entregar serviços mais simples e melhores para o cidadão.

- Estrutura administrativa reduzida a menos da metade, com os recursos economizados direcionados aos serviços que chegam à população.
- Recuperação gradual da capacidade de investimento do Distrito Federal.
- Redução consistente das despesas de exercícios anteriores e melhoria da situação de caixa.
- Serviços públicos digitais e integrados, com atendimento presencial e assistido garantido a quem precisa.
- Transparência compreensível e verificável sobre contratos, obras, patrimônio público e execução orçamentária.
- Mecanismos permanentes de prevenção e detecção de irregularidades, atuando antes que o dinheiro público seja perdido.
- Ouvidoria com respostas dentro dos prazos e utilização efetiva das manifestações dos cidadãos para corrigir e melhorar os serviços.



Um governo que cuida respeita as pessoas, protege cada real do dinheiro público e faz o Estado funcionar para quem mais importa: o cidadão. É um governo que combate a corrupção, elimina desperdícios, reduz a burocracia e transforma eficiência em resultado. Porque cada recurso bem aplicado significa mais saúde, mais educação, mais segurança, mais mobilidade e mais qualidade de vida. No fim, governar bem é isso: fazer o dinheiro público voltar para as pessoas em forma de cuidado."

Paula Belmonte

É hora de cuidar →

das pessoas ↑

**Paula
Belmonte**
VICE: JUIZ EVERARDO

